

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,
REALIZADA NO DIA UM DE AGOSTO DE
DOIS MIL E DEZOITO**

----- No dia um de agosto de dois mil e dezoito, teve lugar no Solar dos Peixotos, a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Henriques Mota de Faria, secretariado pela Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como Primeira Secretária e pela Senhora Isabel Cristina Bento Fernandes, como Segunda Secretária. -----

A Sessão teve início às nove horas e vinte e sete minutos, tendo-se verificado a falta do Senhor Deputado Municipal António Manuel Rafael Amaro (justificada), do Senhor Deputado Municipal João Fernando Marques Rebelo Cotta (justificada), do Senhor Deputado Municipal Hugo Miguel e Pádua -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Bom dia a todos. Cumprimentava o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados, os Senhores Presidentes de Junta, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

Já está verificada a existência de quórum e por isso estamos em condições de dar início a esta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu.-----

Informo que o Senhor Deputado Municipal João Fernando Marques Rebelo Cotta do PSD informou que não podia estar presente nesta Sessão por motivos pessoais e familiares, (penso que até por uma boa causa). Tendo em conta de que se trata do Primeiro Secretário da Mesa, nos termos da Lei é substituído na Mesa pela Senhora Dra. Cristina Paula Cunha Pereira Gomes Segunda Secretária, e para a sua substituição solicitava a colaboração da Senhora Deputada Isabel Cristina Bento Fernandes. Fica assim constituída a Mesa nos termos legais e podemos assim dar continuidade aos nossos trabalhos, se todos também, e como é óbvio, estiverem de acordo.-----

Como sabem esta Sessão Extraordinária foi agendada após termos recebido um Requerimento apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara e também na sequência de uma deliberação da Câmara do passado dia 26 de junho. Assim, procedemos à convocatória desta Sessão Extraordinária ao abrigo da competência que é conferida pela alínea b) nº1 do Art.º 30 e nos termos do disposto da alínea a) do nº1 do Art.º 28, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, ainda do disposto da alínea b) do nº1 do Art.º 17 e na alínea a) do nº1 do Art.º 30, ambos do Regimento.-----

Recordamos também que se mantém em vigor as normas previstas do Regimento que foi aprovado em 30 de junho de 2014 de acordo com o previsto no n.º 5 do artigo 45.º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e estando a decorrer os trabalhos da Comissão para a revisão do Regimento desta Assembleia Municipal, que apresentará uma proposta ao Plenário, penso que, na próxima sessão ordinária para ser apreciada e votada e assim se dispor do Regimento para o mandato em curso.-----

Informa-se também o Plenário que o Senhor Deputado Municipal Francisco Manuel de Almeida da CDU solicitou a sua substituição para esta sessão sendo substituído pela Senhora Deputada Municipal Maria Filomena de Matos Pires;-----

A Senhora Deputada Municipal Rosa Filomena Brás Monteiro Lopes do PS solicitou a sua substituição para esta sessão sendo substituída pelo Senhor Deputado Municipal Manuel José Moleiro Mirandez;-----

O Senhor Deputado Municipal Raul Andrade Lopes Bordalo Junqueiro do PS solicitou a sua substituição para esta sessão sendo substituído por Hugo Miguel Melo de Pádua;-----

O Senhor Deputado Municipal Alberto Gonçalves da Ascensão do PS solicitou a sua substituição para esta sessão sendo substituído pelo Senhor Deputado Municipal Rui António da Cruz Martins;-----

O Senhor Deputado Municipal Carlos Martins dos Santos Portugal do PS solicitou a sua substituição para esta sessão sendo substituído pela Senhora Deputada Municipal Sara Natacha de Sousa Calhau;-----

A Senhora Deputada Municipal Sofia Daniela Pereira Mesquita do PSD solicitou a sua substituição para esta sessão sendo substituída pelo Senhor Deputado Municipal Rui Pedro de Matos Peva;-----

O Senhor Deputado Municipal António Carlos Gomes Tomás da Costa do PSD solicitou a sua substituição para esta sessão sendo substituído por Ana Paula dos Reis Madeira, que em virtude da sua impossibilidade foi substituída por Florbela de Almeida Correia Soutinho;-----

O Senhor Deputado Municipal Manuel Teodósio Martins Henriques do PSD solicitou a sua substituição para esta sessão sendo substituído por Bruno Videira de Albuquerque Fernandes;-

A Senhora Deputada Municipal Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes do PSD solicitou a sua substituição para esta sessão sendo substituída por Adolfo César Cardoso Seixas Lopes Pereira, que em virtude da sua impossibilidade foi substituído por Hélder Filipe dos Santos Viana;-----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ranhados, Luís Filipe Martins Almeida Mendes, informou que se faz substituir nesta sessão por António Soares Correia;-----

Informamos também que comunicámos a todas as forças políticas as vagas ocorridas e o competente preenchimento.-----

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, propomos que:-----

Para efeitos de execução imediata, as deliberações, sejam (concretamente este ponto único da Ordem de Trabalhos) aprovadas em minuta, conforme o preceituado nos n.ºs 3 e 4 do Artigo n.º 57, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, consubstanciado pelo n.º 4 do art.º 58º do Regimento em vigor desta Assembleia Municipal.-----

Recordamos também os Membros da Assembleia da obrigação de cumprimento do disposto na Resolução do Tribunal de Contas n.º 14/2011, que, no seu Artigo 15.º determina que:-----

“Quando os processos devem ser instruídos com deliberações de órgãos colegiais, deve ser remetida cópia da ata da reunião do órgão em que foi tomada, devendo o documento conter a clara identificação dos Membros presentes, bem como a menção da data da reunião e o sentido da deliberação de cada participante e eventuais declarações de voto. Este é um procedimento que neste caso é mesmo obrigatório e que em processos sucessivos o Tribunal de Contas tem pedido mesmo a cópia da votação nominal de cada Membro da Assembleia Municipal, por isso em relação à proposta de aprovação da deliberação em minuta, que deliberação seja aprovada em minuta, neste caso a deliberação do Ponto Único. Quem vota contra? Quem se abstém? Por isso, aprovado por unanimidade.-----

----- Iriamos então entrar no Ponto Único da Ordem de Trabalhos Apreciação e Votação da Proposta de Constituição da Empresa AdV - Águas de Viseu – Empresa Intermunicipal, S.A. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **UM – O Senhor Presidente da Câmara:** Muito obrigado Senhor Presidente. Bom dia a todas e a todos. Cumprimento Senhor Presidente e a Mesa, cumprimento as Senhoras e Senhores Deputados, cumprimento também o Senhor Vice-Presidente, as Senhoras e os Senhores Vereadores, demais pessoas do público, e antes de mais agradecer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e a toda a Assembleia pelo facto de estarem disponíveis para fazermos esta reunião no dia 1 de agosto, supostamente um período de férias, mas de facto os *timings* da decisão a isso obrigavam pelo facto de enfim, este processo que hoje estamos aqui a tratar implicará ainda após a sua aprovação, enfim, uma ratificação nas várias Assembleias Municipais dos outros concelhos, e implicará ainda um processo de autorização e aprovação, por parte do tribunal de Contas, por parte da ERSAR, o que nos coloca depois um *timing* de decisão e de aceleração deste processo na medida em que está a decorrer uma *call* intermunicipal que poderá vir a ser alterada por via da reprogramação dos fundos comunitários e que nos criará, digamos que, um *deadline* para a apresentação desta mesma candidatura daí, termos acordado entre os

vários Presidentes de Câmara no passado dia 12 de julho fazermos estas reuniões.-----
Iria fazer a apresentação da proposta e obviamente disponível para todas as questões que pretendam colocar.-----
Portanto, no seguimento do trabalho que temos vindo a realizar, há dois anos que estamos a tratar deste assunto, um dos primeiros marcos foi o protocolo que assinámos com os vários municípios designadamente Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo, Sátão, S. Pedro do Sul, Vila Nova de Paiva, Vouzela e Viseu que assinámos há cerca de 2 anos, trazemos aqui hoje a constituição da Adv - ÁGUAS DE VISEU – EMPRESA INTERMUNICIPAL, S.A, que foi de facto um processo muito complexo que envolveu estes 8 municípios com realidades muito diferentes que tentamos conciliar mas também com uma ambição comum que foi a mola deste processo que culminou com o acordo para a constituição da Empresa Intermunicipal que hoje aqui apreciamos. No cômputo geral chegou-se à conclusão pelo estudo efetuado que existem diversas vantagens na implantação de uma empresa supramunicipal para substituição dos serviços municipais e dos serviços municipalizados existentes. Foram realizados vários exercícios com o apoio de equipas de consultores que permitiram avaliar as várias vertentes do conceito de sustentabilidade, e para além das equipas de consultores um grande envolvimento de todas as equipas das várias autarquias, e portanto a vertente do sistema de governança do serviço garantida através das boas práticas da gestão empresarial e da gestão pública que incluem entre outras a prestação de contas e a transparência das contas da gestão é desde logo um dos primeiros argumentos. Também a vertente da viabilidade financeira que pretende assegurar a existência de recursos necessários à prestação dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais nos referidos municípios com a qualidade requerida, designadamente para possibilitar realizar os investimentos que no fundo forneçam robustez e resiliência às infraestruturas, equipamentos e também instalações. Por outro lado a sustentabilidade social através do fornecimento destes serviços essenciais com preços módicos, equidade, qualidade de serviço elevada e melhoria contínua ao longo do tempo. Por fim a sustentabilidade ambiental, introduzindo e garantindo as melhores tecnologias e práticas que assegurem a sustentabilidade ambiental do serviço de abastecimento de água e do saneamento de águas residuais. Note-se também que os compromissos assumidos e futuramente contratualizados com a constituição desta empresa supramunicipal para o próximo quinquénio muito dificilmente seriam alcançáveis ou mesmo impossíveis por meio de serviços municipais ou até mesmo de serviços municipalizados o que reforça a assunção desta empresa supramunicipal como superior e muito vantajosa relativamente ao atual modelo para a prestação dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais. Para este objetivo contribui também a possibilidade de aplicação de sanções através da celebração de contratos de gestão delegada. Nesse sentido infere-se que o modelo jurídico-institucional de Empresa Municipal é de facto um modelo mais equilibrado, vantajoso quando comparado com o dos serviços municipais ou serviços municipalizados, e também defende melhor os interesses dos utilizadores, dos serviços de abastecimento de água e saneamento dos vários municípios, e deste modo consideraram-se cumpridas as exigências dispostas na legislação em vigor nomeadamente no Art.º 32 da Lei 50/2012 ficando demonstrada a sustentabilidade económica e financeira, e esta é das primeiras questões que é preciso demonstrar perante o Tribunal de Contas e a ERSE, da empresa delegatária através da identificação de ganhos de qualidade e também da racionalidade acrescentada decorrente do desenvolvimento dos serviços em causa através desta atividade empresarial intermunicipal. Além de todas as vantagens enunciadas e relacionadas com a implementação de uma empresa intermunicipal existe ainda a possibilidade de os municípios em agregação se poderem candidatar a financiamento comunitário que de forma individual não é possível, hoje a *call* aberta para o sistema em baixa e para fecho de sistema é só possível através de uma agregação intermunicipal, este aspeto só por si representa uma forte motivação para esta agregação dos municípios com vista à prestação de serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, só nesta *call* estamos a falar da possibilidade de aprovarmos 16 milhões de euros para o conjunto dos municípios e volto a referir, na lógica do serviço em baixa. A agregação municipal poderá permitir também a

colocação em prática de um plano de investimentos muito ambicioso que poderá superar, do ponto de vista de um investimento a 15 anos 200 milhões de euros, impossível de realizar por os municípios de forma individual, seja do ponto de vista da alocação dos fundos que o Estado Central possa alocar a esta matéria, mas também dos financiamentos designadamente através de linhas BEI do Banco Europeu de Investimentos que possam permitir fazer este investimento numa perspetiva de 25/30 anos em que cada município isoladamente não o conseguiria fazer e que desta forma o poderão fazer, portanto, estamos a falar de um investimento de 200 milhões de euros, mais, esta agregação é também na base de sustentabilidade futura para muitos subsistemas de base municipal cuja dimensão reduzida impedia que sem graves prejuízos para os municípios se mantivesse um serviço de qualidade às populações. Finalmente, a constituição deste veículo detido a 100% pelos municípios afasta a solução de disparo das tarifas que a solução Águas de Portugal implicava, de facto houve uma apresentação de uma solução das Águas de Portugal que implicaria, e aliás, foi sustentada pelo governo, implicaria que os municípios ficassem numa posição minoritária, com 49% e que logo à partida o preço definido pelas Águas de Portugal que assumiria todo o abastecimento em alta, estaríamos logo a situá-lo num valor acima dos 50 cêntimos de entrada, isto é, para os primeiros anos podendo depois ser refletida nessa tarifa, enfim, todo o investimento que viesse a ser feito, o que logo à partida, no caso concreto do Município de Viseu faria disparar o preço da água para o dobro daquilo que ela hoje tem, o que do nosso ponto de vista não era uma boa solução, e portanto, desde logo e por unanimidade os oito municípios rejeitaram a possibilidade de serem lançados para os braços das Águas de Portugal que seria até uma solução cómoda do ponto de vista do investimento em alta, porque passariam a ser as Águas de Portugal a fazer esse investimento, mas que nos colocaria, enfim, definitivamente numa situação, e aí sim é que poderíamos correr o risco de num prazo futuro podermos ficar nas mãos de um privado e não continuarmos a ter um sistema totalmente detido por os municípios e completamente intermunicipal, porquê? Quem nos garantiria que num próximo tempo, estaríamos a falar de contratos sempre no mínimo a 25 anos que as Águas de Portugal não viessem a ser privatizadas por via de qualquer processo como no passado ocorreram, designadamente um processo de intervenção de um problema financeiro a nível internacional e portanto, desse ponto de vista nós rejeitámos liminarmente a lógica das Águas de Portugal não deixando de realçar, e isso também é justo dizê-lo que este estudo das águas de Portugal juntamente com os estudos que já havíamos feito ao longo destes anos também nos veio ajudar a consolidar alguma ideias que tínhamos, designadamente algumas opções, designadamente a opção do reforço da barragem absolutamente imprescindível, a Barragem de Fagilde tinha duas opções, ou ser reforçada ou a construção de uma barragem nova, hoje é entendimento comum, quer nosso quer das Águas de Portugal, quer do próprio governo no relatório que foi apresentado que a Barragem de Fagilde precisa de uma barragem nova e que tem que ser construída no prazo de 7 ou 8 anos, não pode ser mais do que isso, estamos a falar de um investimento de 14 a 16 milhões de euros, como sabem a Barragem de Fagilde é da APA da Agência Portuguesa Ambiental e portanto, essa responsabilidade, do nosso ponto de vista e unânime também, cabe ao Governo, cabe ao Governo construir a Barragem de Fagilde para que o coletivo deste 8 município possam usufruir de uma Barragem de Fagilde com maior reforço. Obviamente que entretanto fizemos o nosso trabalho, as ensecadeiras estão colocadas, aliás, neste momento a Barragem de Fagilde está com mais quase 1 milhão de metros cúbicos de armazenamento de água do que aquilo que seria normal nesta altura do ano, porque as ensecadeiras já o permitem, mesmo assim não estão no pleno da sua utilização, enfim, por questões de prudência e também porque, se este ano os caudais dos rios continuam a ser caudais significativos não faz sentido reforçarmos, mas esse foi um trabalho que fizemos, está feito e concluído. Por outro lado é necessário uma redundância do sistema, depois do que passámos no ano passado há necessidade de construir uma de duas condutas, ou a ligação a Trancoso, ou a ligação ao Balsemão, são duas opções que estão em cima da mesa, que serão seguramente colocadas a concurso, uma por acaso é das Águas de Portugal, outra é de um sistema privado, e portanto, iremos colocar a concurso porque é fundamental termos um reforço, até porque esta conduta permitir-nos-á no seu

caminho fazer derivações para outros concelhos, designadamente Vila Nova de Paiva e Penalva do Castelo que poderão vir a ser servidos através dessa conduta, resta aqui a questão do abastecimento a Lafões onde efetivamente ainda se está a acabar de analisar qual será a melhor solução para esse reforço designadamente com alguma ligação a alguns dos concelhos vizinhos, e portanto, isto está estabilizado, há também outras componentes que é o reforço da nossa ETA, a nossa ETA de Povolide está neste momento em processo de, enfim, já aprovado em Conselho de Administração das Águas de Viseu, e processo de concurso, e portanto, quer o reforço da ETA, a ETA vai ter mais um tanque do que o que tem atualmente, que vai permitir uma recuperação das lamas, portanto, por um lado trata-se da questão ambiental que ali estava presente, aproveitando cerca de 1 milhão de metros cúbicos também por ano por via do tratamento das lamas, o que significa que a ETA de Fagilde também fique ela por si mais reforçada com esta componente. Por outro lado temos também o reforço dos reservatórios do Viso, portanto, é preciso aumentar a capacidade de armazenamento do Viso, para quê? Para que possamos energeticamente poupar dinheiro, porque havendo mais capacidade de armazenamento, podemos aproveitar cada vez mais as horas de baixa do ponto de vista do custo energético para bombear água para os reservatórios para depois usarmos no período de alta com poupança efetiva e ao mesmo tempo aumentando a resiliência do sistema que abastece sobretudo 80% do Concelho de Viseu. Referir também que, a disparidade de situações entre Viseu e os outros concelhos é grande, reparem, enquanto Viseu aparece neste processo com 99% de água ao domicílio com os projetos de investimento que estão neste momento em curso, e com mais de 98% de serviço de saneamento, nós temos outros concelhos nesta agregação que chegam a 40%, portanto, há aqui de facto uma disparidade muito grande, há aqui uma geometria muito variável entre os vários concelhos, por outro lado, há aqui uma agregação que já existe, que é uma agregação informal entre Viseu, Mangualde, Nelas e Penalva, e portanto, 30% da produção da Barragem de Fagilde é para estes 3 concelhos, é uma agregação informal que tem funcionado mas que de facto não tem existência legal, e enfim, quer o concelho de Nelas, quer o Concelho de Mangualde dependem 100% desta solução, o que não deixa de ser complexo do ponto de vista da própria arquitetura do sistema. Por opção, a agregação que se pretendia que fosse feita quer na água quer no saneamento, houve municípios que optaram por só estar na agregação na água, é o caso de Mangualde, Nelas, Penalva e Vila Nova de Paiva, fizeram uma opção clara em dizer assim: Nós sim, queremos estar na empresa intermunicipal mas só para o domínio da agregação da água, e os restantes quatro, portanto, Viseu, Vouzela, Sátão e S. Pedro do Sul, fizeram uma opção de estar também no domínio das águas residuais. De facto, como eu referia esta abordagem global sistémica, virada para todo um território, só é possível desta forma, obviamente que se analisarmos, objetivamente se expurgássemos do conjunto da Região o Concelho de Viseu, diríamos que nós estaríamos aqui numa posição privilegiada porque estamos muito à frente do ponto de vista da tecnologia utilizada da telegestão que usamos, das nossas perdas, nós hoje estamos com 16% de perdas no sistema o que é de facto um valor extremamente baixo, e com esta intervenção nas lamas da ETA de Povolide ainda se traduz numa redução de mais 6 a 8%, portanto, ficaremos com um dos sistemas enfim, mais eficazes do país, por outro lado para além da telegestão a telemetria já está a ser operacionalizada, nós hoje já temos cerca de 4 mil clientes que estão a ser servidos pela telemetria, e estamos progressivamente a começar a instalar contadores de telemetria em todos os sítios novos no sentido de fazer a cobertura global, por outro lado o nosso tarifário é hoje um tarifário que ainda não cumprindo totalmente o regulamento da ERSAR, já o cumpre a nível da água, o regulamento da exprime fielmente aquilo que é, enfim, as Normas Comunitárias e em vigor no país, do ponto de vista das águas residuais, de facto ela ainda não cumpre a 100% nem nada que se pareça, derivado sobretudo a algumas pessoas que estão no sistema sem pagarem o sistema, porque há hoje um universo muito significativo, estimamos superior a 20% dos clientes das Águas de Viseu que estando ligados através da água não consomem água mas depois usam as águas residuais sem pagar o tratamento das águas residuais, e está em curso o processo de verificação, como já ocorreu ao nível da água nas águas residuais, porque não é justo que um consumidor que não está a consumir água, e está no seu direito de não a

consumir, embora com riscos, diga-se de passagem, e está aqui o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que é também a Autoridade de Saúde que sabe bem que para se manter a qualidade da água de uma habitação através de um furo, é preciso quase fazer análises semanais porque qualquer alteração no subsolo pode conspurcar as águas que as pessoas estão a consumir em casa, portanto, é um risco muito grande para a saúde pública que as pessoas estejam a consumir água que não seja da companhia e portanto, nós vamos fazer campanhas de sensibilização para que efetivamente as pessoas cada vez mais consumam água da companhia, por outro lado, o que é que acontece, como não estão a consumir água da companhia, não deixam de viver na casa 3, 4, 5, 6 pessoas que consomem água do furo e essa água do furo é canalizada para o tratamento, o que significa que nós temos hoje um desfasamento de mais de 1 milhão de metros cúbicos de água que é tratada nas nossas ETARs que não têm correspondência do ponto de vista do fornecimento de água, quer dizer, há uma décalage que era normal que existisse mas não a este nível, o que significa que temos aqui uma grande margem de progressão, sobretudo, trazer para o sistema, e é um trabalho que está em curso, trazer para o sistema as pessoas que estão fora do sistema no sentido de ter um tarifário mais justo que obrigue as pessoas a pagarem, efetivamente o tratamento, é o princípio do utilizador pagador, não é justo que quem tem tudo legal pague, e quem mora ao lado e não tem tudo legal, não pague, e por essa via Viseu avançará para uma lógica de se aproximar, e isto tudo para dizer que, há aqui também uma perspetiva muito solidária, há uma perspetiva muito solidária do Concelho de Viseu em relação aos concelhos à volta, e temos obrigação de a ter porque efetivamente a dimensão de Viseu permite por exemplo que alguns concelhos que nesta lógica teriam aumento de tarifários na casa dos 700% porque não estão a aplicar os tarifários que a Lei obriga designadamente fazendo refletir os custos reais da exploração do sistema, pelo efeito de estarem num sistema agregado poderão ter reduções de cerca de dois terços nos aumentos dos tarifários do que se cumprissem a Lei isoladamente, e portanto, desse ponto de vista a dimensão dos nossos 47 mil clientes do ponto de vista das Águas de Viseu, acaba por permitir que haja aqui uma lógica democrática nos vários municípios, por outro lado, o acesso aos financiamentos, o facto de estarmos juntos dá-nos outro peso para podermos negociar soluções de médio prazo com o BEI, e portanto, feitas estas explicações e disponível obviamente para todas as questões que me queiram colocar, a Águas de Viseu Empresa Municipal SA deverá arrancar com um valor de Capital Social de 40 milhões de euros, que é sobretudo o resultado de uma avaliação de todos os ativos das várias autarquias que serão alocados, obviamente que naqueles que estão na água, só os da água, as eu estão na água e saneamento as duas coisas, em que são expurgados, é da Lei, o valor dos ativos é contabilizado expurgados os apoios comunitários que ocorreram em cada um dos investimentos, e portanto, esta empresa nascerá com 40 milhões de euros de Capital Social cabendo ao Município de Viseu uma participação estimada de 49,9% portanto, é assim que está o desenho da sociedade, e portanto, nessa perspetiva o que propomos, tendo sido já aprovado na Reunião de Câmara com os votos favoráveis do executivo e o voto de abstenção do Partido Socialista, propõe-se a aprovação da criação da Águas de Viseu e a participação do Município de Viseu traduzido nos documentos projeto de estatutos, contrato de gestão delegada e seus anexos, o estudo de racionalidade e viabilidade económico-financeira relativo ao projeto de agregação intermunicipal dos sistemas de água e saneamento e portanto, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados é este o documento, aliás, com todos os mapas e todos os estudos que estão anexos que hoje estão aqui em discussão para o qual pedimos a aprovação desta Assembleia Municipal. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Está aberta a apreciação desta proposta. Já tenho uma inscrição da Deputada do Partido Socialista Maria de Fátima Lopes. Há mais alguma inscrição? Tem a palavra então a Deputada Maria de Fátima Lopes.-----

----- **DOIS – A SENHORA DEPUTADA MARIA DE FÁTIMA FERNANDES LOPES (PS):** Cumprimento o Senhor Presidente da Mesa, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras

Vereadoras, Senhoras e Senhores Deputados da Assembleia, Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público em geral.-----

Aproveito a ocasião para felicitar o Município pelo excecional evento realizado no passado fim de semana, refiro-me, naturalmente, ao Festival de Folclore Europeu que decorreu na nossa Cidade. Em meu entender, é consensual entre os viseenses, o EUROPEADE foi sem dúvida excelente! Não só pelo número de pessoas que trouxe à nossa cidade, mas também pelo conteúdo cultural riquíssimo e organização exemplar. Acredito que superou as expectativas de todos.-----

A Câmara Municipal de Viseu, a organização internacional do EUROPEADE, as instituições de acolhimento e outras empresas de Viseu, os voluntários, os grupos folclóricos de Viseu e todos os participantes nacionais e internacionais e, muito, os viseenses – com o seu grande acolhimento e interação - estão todos de Parabéns! -----

Bom, mas passando ao motivo que nos trouxe aqui hoje, e porque a vida dos cidadãos não se pode resumir apenas a festas, devo, desde já, referir que o Partido Socialista tem assumido posições políticas muito claras e proactivas relativamente ao abastecimento de Água, ao saneamento e, em particular, à criação da empresa ADV (Águas de Viseu).-----

Reconhecemos que é urgente resolver a questão do armazenamento e origens de água, nenhum de nós quer que volte a acontecer o que aconteceu no passado recente (em 2017).--

Aí, na emergência vivida, o Partido Socialista concordou com o Plano de Contingência implementado pela CMV/SMAS em articulação com o Governo.-----

O Partido Socialista, através dos seus Vereadores, também esteve ao lado do Executivo Municipal na exigência de uma maior comparticipação do Governo nos custos do referido Plano de Contingência.-----

Porém, há muito que já se adivinhavam carências sérias e necessidades de investimento infraestruturais no sistema de água e saneamento de Viseu.-----

Por exemplo, já em 2005 e 2006, na sequência da seca que se fez sentir nessa época, o Vereador do PS, Pedro Baila Antunes, então Deputado na Assembleia Municipal, alertou o executivo camarário para a necessidade urgente de resolver esta questão.-----

E mais, entretanto, a Vereação do PS apresentou soluções: 50 ações concretas Estruturais e de políticas para a Eficiência Hídrica de modo a que se possa resolver em definitivo este problema. Cito só a título de exemplo a proposta de ligação a um sistema complementar (Barragem do Balsemão ou da Teja/Terrenho) para ampliar de sobremaneira a resiliência do sistema de abastecimento de água em períodos de seca extrema prolongada, não só de Viseu, mas também dos Municípios vizinhos.-----

Sobre o processo atribulado de, primeiro, criação de uma Empresa Municipal, e agora criação de um Empresa Intermunicipal, após o chumbo do Tribunal de Contas – para nós acertado - do primeiro modelo de gestão, diversos aspetos políticos e formais há a apontar. Imediatamente aquando da celebração do ‘Protocolo para a constituição de uma Empresa Intermunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais’, em cima das eleições autárquicas, a candidatura autárquica do PS tomou uma posição pública, sobre os objetivos e o modo como esta decorreu.-----

Nesta sessão da Assembleia Municipal de Viseu que discute e delibera sobre um assunto da máxima relevância para o futuro do Concelho, para memória futura, queria aqui mais uma vez sublinhar uma posição de princípio fundamental e inalienável que o PS Viseu tem assumido perante os viseenses. Seremos futuramente contra a privatização dos Serviços de Municipalizados de Água e Saneamento de Viseu ou qualquer caminho que conduza a tal. Em definitivo, Viseu e os seus municípios vizinhos têm de resolver o problema infraestrutural sério relativo ao abastecimento de água, com ênfase nas origens de água e seu transporte.-----

Os ganhos de escala e de eficiência com a uma agregação intermunicipal são evidentes. As candidaturas ao POSEUR acabam por requerer a agregação em empresas intermunicipais, o que é fundamental para os grandes investimentos necessários a realizar. Não obstante, como se comprova em países em que se está a reverter a privatização da

água, estas soluções empresariais têm de ficar absolutamente na esfera pública. Era bom que houvesse uma cláusula de salvaguarda para o efeito.-----

A constituição da empresa intermunicipal ‘Águas de Viseu’, os respetivos Estatutos e o Contrato de Gestão Delegada agora em discussão e votação, necessariamente resultam de um processo longo e complexo, nos planos jurídico, económico e ambiental.-----

Porém, continua a verificar-se um percurso pouco esclarecido do Executivo Municipal sobre as soluções infraestruturais e societárias para esta questão fundamental. Efetivamente, esta é uma solução pouco apurada e pouco concertada entre Viseu e os diversos municípios. De facto, contrariamente às expectativas ou certezas declaradas pelo Senhor Presidente em reunião de câmara e hoje, diversos vizinhos parceiros não submeteram entretanto este processo de constituição das Águas de Viseu nas reuniões de câmara entretanto realizadas.-----

Em face do exposto e dos argumentos que irão ser aduzidos pelas intervenções de outros Deputados do Grupo Municipal do PS, o Partido Socialista irá abster-se na votação relativa à constituição da ADV- Águas de Viseu - Empresa Intermunicipal, S.A., hoje aqui apresentada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra a Deputada Filomena Pires.-----

----- **TRÊS – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Muito bom dia a todas as pessoas aqui presentes. Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa e outros Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público aqui Presente.-----

Sobre a constituição da Empresa Intermunicipal Águas de Viseu.-----

Do que não se pode acusar o executivo municipal é de falta de persistência na perseguição do misterioso objetivo de conseguir a formalização da “Empresa Águas de Viseu”.-----

Chumbadas e rechumbadas pelo Tribunal de Contas as peregrinas e malfadadas anteriores tentativas de criar a “Empresa”, eis que a Câmara descobre a possibilidade de uma candidatura ao POSEUR, que tem como pressuposto a agregação de municípios.-----

Como todos nos lembramos, as razões centrais para o reiterado parecer negativo do Tribunal de Contas à pretensão do Município de Viseu constituir a Empresa de Águas e Saneamento, prendiam-se e prendem-se, com o reconhecimento objetivo por este Tribunal, de que os SMAS desempenham cabalmente a sua missão de prestação de serviço público, são rentáveis financeiramente, não havendo nenhuma razão plausível para mudar o seu modelo de gestão e constituir uma “empresa” para desenvolver o mesmo serviço.-----

Foi assim que o Aviso de Abertura do POSEUR, de Maio de 2017, apareceu como uma redentora possibilidade de contornar a “teimosia” do Tribunal de Contas e “levar a água ao moinho” da Câmara Municipal de Viseu, não sem que antes esta recorresse das decisões do órgão constitucional de fiscalização democrática.-----

Chegados a Setembro e como persistisse o chumbo do Tribunal de Contas, pôs-se em marcha a estratégia mediática de pressão, dramatizando o problema da escassez de água na Barragem de Fagilde, que não, como sabemos, no conjunto das captações do concelho de Viseu, passando o odioso da situação para uma entidade terceira, o Tribunal de Contas, ao mesmo tempo que se evidenciava a necessidade da existência da “Empresa”, para gerir melhor a água disponível e investir em novos sistemas de captação.-----

Foi neste cenário bem imaginado nos gabinetes de informação e imagem, que apareceu, em véspera de eleições autárquicas, a badalada e controversa assinatura do Protocolo para a Constituição da Empresa Intermunicipal de Águas e Saneamento, subscrito por 8 municípios. A justificação para toda aquela pressa, nas palavras do Senhor Presidente, prendia-se com os prazos para a candidatura, que terminavam em Dezembro de 2017.-----

Como fica evidente no presente, tratou-se de um argumento falacioso, eleitoralista e desprovido de rigor, porquanto até Dezembro não foi apresentada qualquer candidatura.--

A justificação para a realização desta “extraordinária” Assembleia são novamente os prazos para apresentação de candidaturas, que terminarão em Setembro próximo, dizem.- Sabendo-se desde finais de 2017 que os prazos para as candidaturas haviam sido prorrogados, porquê convocar os membros da Assembleia à pressa, para trabalhos extraordinários no dia 1 de Agosto? E já agora, porque não dia 10, feita a inauguração da Feira de S. Mateus? Mas se o assunto era realmente premente, não poderia ter vindo à Assembleia realizada há pouco mais de um mês, exatamente no dia 26 de Junho? Isso é que era planificação, trabalho feito a tempo e horas, sem violentar o direito dos membros da Assembleia, cujo compromisso obrigatório para com o órgão, legalmente ocorrerá apenas em Setembro.-----

Cabe até perguntar se também está assegurada a necessária realização de Assembleias extraordinárias nos restantes 7 concelhos e se todos estão de acordo com a constituição da “Empresa Águas de Viseu, E.I.M., SA? É que têm aparecido na comunicação social expressas manifestações de relutância por parte de alguns Presidentes de Câmara, em relação aos objetivos do “Contrato de Gestão Delegada” a assumir por cada município e à manifesta hegemonia do Município de Viseu na gestão da futura “Empresa”, traduzida na disposição estatutária de que nada será aprovado sem o “sim” do município de Viseu.----- Impõe-se por isso a pergunta: sendo que o “Protocolo” foi celebrado por 8 municípios, o que acontecerá se algum ou alguns deles não sancionarem a adesão até ao limite do prazo de apresentação da candidatura?-----

É manifesto que o Município de Viseu encontrou uma tábua de salvação no Aviso de Abertura do POSEUR para contornar por linhas tortas os “chumbos” do Tribunal de Contas e alcançar os seus objetivos de alienação dos SMAS e sua transformação em “Empresa” a privatizar no futuro. Não parece sincero este desejo do Município de Viseu de partilha intermunicipal. Se o fosse, o nome proposto para a Empresa nunca seria “Águas de Viseu”, mas outro que elucidasse sobre a realidade de 8 concelhos diferentes.---- Não houvesse a intenção clara de subordinar os concelhos vizinhos à sua estratégia e teria o Município de Viseu uma oportunidade soberana de concretizar a sua propalada vocação de “cidade região”, propondo como designação para a “Empresa” que é de âmbito regional, por exemplo “Empresa de Águas e Saneamento da Região de Viseu”; Empresa de “Águas e Saneamento do Dão, Paiva e Vouga” ou até, associando-se a uma designação histórica, “Empresa de Águas e Saneamento da Região Viseu Dão/Lafões”.-----

Mas, nesta matéria, os objetivos da maioria na Câmara Municipal de Viseu são claramente ideológicos e propagandísticos. Com estas diligências “empresariais” dá continuidade à “campanha” montada em 2017 em torno da escassez de água, mostrando “preocupação” com o problema real de necessidade de aumentar o volume de captação, armazenamento e distribuição de água, quando é sabido que no Viseu Primeiro 2013/2017 não figurava uma palavra, uma ideia, uma proposta sobre o assunto; com a intenção ou concretização da candidatura adquire o Município de Viseu uma arma de arremesso contra o governo, em véspera de eleições legislativas, podendo sempre responsabilizá-lo se houver “atraso” na aprovação da candidatura, se o financiamento aprovado não for o defendido pelo município, e, também por essa via, alimentar o ativo papel de oposição pública ao governo que o Presidente da Câmara não se dispensa de assumir, a propósito de tudo e de nada.-----

Reconhecendo à Câmara Municipal de Viseu e aos outros municípios legitimidade para a constituição da “Empresa Águas de Viseu, E.I.M., SA”, quero reafirmar que tal empresa não serve nem os interesses dos municípios, nem os dos trabalhadores municipais afetos a esta atividade e muito menos servirá os interesses dos munícipes, por conter os ingredientes que levarão ao aumento do preço da água e do saneamento, que precarizarão os vínculos laborais dos trabalhadores, que gerarão mordomias para os membros da administração e da Assembleia Geral da “empresa”, que conduzirão mais cedo do que tarde à privatização deste sector público, o que a acontecer porá em causa o princípio

constitucional da universalidade no acesso, a equidade nos tarifários aplicados, o direito humano à água e ao saneamento como bens públicos.-----

Por todas estas razões, o voto da CDU será, sem qualquer hesitação, contra.-----
Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra a Senhora Deputada Catarina Vieira.-----

----- **QUATRO – A SENHORA DEPUTADA CATARINA ALEXANDRA VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Comunicação Social, Público e Funcionários em exercício.-----

A Câmara Municipal de Viseu aprovou em Setembro de 2017 a celebração de um acordo entre os municípios de Viseu, Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo, Sátão, São Pedro do Sul, Vila Nova de Paiva e Vouzela, tendo em vista constituir uma empresa intermunicipal de abastecimento de água e saneamento na região, com o objetivo de criar as condições para a realização de investimentos estruturantes no sistema de armazenamento, tratamento e distribuição de água nestes municípios, nomeadamente através do reforço da capacidade da barragem de Fagilde e da construção da barragem do Vouga, e a sua exploração eficiente e integrada, através do acesso a financiamentos comunitários do PORTUGAL 2020.-----

Efetivamente, há que dar resposta ao problema de captação de água que a seca do ano passado veio colocar à vista de todos de forma dramática.-----

Como o Senhor Presidente da Câmara reconheceu na altura, “o sistema de armazenamento e abastecimento de água não atinge na região o grau de sustentabilidade imposto pela própria entidade reguladora”.-----

Para o Bloco de Esquerda, uma solução intermunicipal é a mais adequada, conforme, aliás, defendemos ao votar contra a proposta da Câmara de transformação do SMAS na Empresa Municipal Águas de Viseu, chumbada pelo Tribunal de Contas que veio dar razão aos argumentos do Bloco de Esquerda apresentados nesta casa.-----

No entanto, neste momento não podemos deixar de ficar apreensivos e preocupados com a falta de resposta a algumas questões:-----

Sendo certo que o capital social da Águas de Viseu, E.I.M. será integralmente subscrito pelos municípios que a integram, salvaguardado no artigo 4.º dos Estatutos, que garantia têm os munícipes de que, no futuro, os seus órgãos sociais não aprovem alteração de estatutos no sentido da abertura a capital privado, uma vez que, tal decisão não carece de aprovação pelas respetivas Assembleias Municipais?-----

Da mesma forma, as Assembleias Municipais deixarão de ter capacidade de aprovar eventuais aumentos tarifários decididos pelos municípios que retiram dividendos na qualidade de acionistas.-----

Assumi o executivo, na altura, que a construção da nova barragem do Vouga seria um imperativo (já depois de cair Girabolhos), quando o estudo sobre a Bacia Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis faz simplesmente uma sugestão. Já aqui questionámos se a construção de mais uma barragem não trará implicações gravíssimas para a região (em termos sócio ambientais e logo também económicos) e se será, de facto, uma solução "robusta e de futuro"? Portanto, ainda bem que, agora o plano é a potencialização da Barragem de Fagilde, como sempre defendemos. Repito o que já disse nesta Assembleia em fevereiro passado: “É necessário olhar para o futuro, tendo a noção que a construção das barragens dos rios impede as areias de chegar ao mar e que, se não se reduzir o consumo não há barragem que nos valha. Por isso, é urgente reduzir o consumo de água, quer por parte do município quer do munícipe. Tem de haver uma campanha (que seja um exemplo a nível nacional) a pensar na eficiência hídrica na habitação, parando o consumo e aplicando a política dos 4R: Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Racionalizar o consumo de água.” Aliás, foi com agrado que constatei, na reunião aberta da Câmara, que a água não era servida em garrafas de plástico como aqui acontece.-----

É importante que a sociedade civil comece já também a posicionar-se para o necessário acompanhamento deste processo (que não é tão transparente como a água), a começar pelos estudos de impacto ambiental, já que estamos a tratar de medidas que terão sérias implicações na vida das pessoas.-----

Resumindo, estamos de acordo com o alargamento da escala para uma solução intermunicipal como sempre defendemos. No entanto, como o abastecimento de água é um direito fundamental que não deve nunca estar nas mãos de privados para ser objeto de lucro, defendemos que, no procedimento de constituição da entidade intermunicipal, constem mecanismos que garantam a permanência da empresa na esfera pública e impossibilitem uma futura privatização da captação, tratamento e distribuição de água.--- Disse-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado Hélder Amaral.-----

----- **CINCO – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ HÉLDER AMARAL (CDS/PP):** Senhor Presidente da Mesa, Excelentíssima Mesa, Senhor Presidente de Câmara, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, bom dia a todos. Uma pequena declaração de princípio. Sendo eu um adepto da agregação de municípios, exercendo eu responsabilidades políticas que vão para lá da geografia municipal, queria no entanto dizer que, o que nos é pedido hoje e o que eu faço aqui é apenas e só enquanto Deputado Municipal de Viseu, e portanto, é nesse papel de representante dos viseenses que faço a análise daquilo que é proposto que é a criação da Empresa Intermunicipal Águas de Viseu. Posto isto, a primeira pergunta que me ressalta é saber se os viseenses vão ficar a ganhar ou a perder com esta nova solução, e não ignorar que todos nós passamos nas nossas mais variadas, engraçadas e bonitas rotundas por vários cartazes que diziam Viseu é de primeira água, de segunda e de terceira, era mesmo o mais parecido que havia com a água benta. Saber que, como o Senhor Presidente disse na sua intervenção inicial, mas que também é perfeitamente confirmável na leitura de qualquer estudo, o Serviços Municipalizados de Viseu (SMAS) tem robustez financeira, tem qualidade de serviços, tem segurança no abastecimento, e tem até perspetivas de melhorar apesar até de já compararem bem com qualquer outro sistema de distribuição de águas urbanas, e portanto, uma leitura breve nós veríamos que estávamos em termos de acessibilidade física ao serviço neste momento em 98% mas que iríamos estar em 99% em 2019 se os estudos não enganam. Em manutenção de falhas de abastecimento em menos de um por mil e tínhamos até a melhoria da água, o Senhor Presidente não citou os números mas falou há bocado, 95,5 em 2015 e queríamos estar em 2021 em 99, praticamente 100% de qualidade da água, mas também como disse e bem na intervenção inicial, em termos de faturação das pessoas que estão fora da faturação. Falou em 20, os dados que eu obtive são 23% e nós estaremos ou queremos estar em 2021 em 18% e que é um valor para quem conhece o país, para além das percas que compara bem, portanto, o nós temos um serviço de excelência e aqui os méritos obviamente para o Conselho de Administração e para os viseenses, tínhamos até uma sede, um edifício comprado para sede dos Serviços Municipalizados de Viseu, e portanto, a pergunta que se põe é, nós vamos ficar com mais ou menos do que isto? Ou estão garantidas aos viseenses as condições de terem mais e melhor água em suas casas bem como o tratamento das águas residuais? E eu, como devem calcular, acho que uma coisa não invalida a outra, mas não fico satisfeito apenas com o argumento dos fundos comunitários, embora sendo razoável, acho esse argumento curto, porque, matérias de um bem essencial como a água, matérias como o impacte ambiental daquilo que são tratamento dos resíduos sólidos urbanos, carecem de uma necessidade objetiva clara e não tanto uma oportunidade meramente estratégica, oportunística de “*follow the money*”, e por isso é que eu acho que sendo razoável que não se possa perder esta oportunidade dos fundos comunitários, é razoável que esta necessidade de criar uma empresa que envolve tantos municípios tivesse na base uma vontade intrínseca de melhorar a qualidade, o preço, a segurança e a fluidez do

abastecimento de água a todos esses municípios, e é isso que falta perceber. Eu conheço razoavelmente os outros sistemas dos outros municípios, não quero aqui estar a fazer o papel de Deputado Municipal do Satão de Penalva ou de Mangualde, espero que Deus os ilumine porque eles de facto precisam de ter aqui algum cuidado dada a divergência de forças, dimensão e capacidade dos vários municípios. O Senhor Presidente de Câmara diz, bom, Viseu ficará com 49 vírgula qualquer coisa, não sei se foi 9 se foi 8 ou se foi 5, não fui a tempo de tomar nota, mas eu enquanto viseense gostava de saber se Viseu garante essa participação em termos de Capital Social e qual é a capacidade? Não me choca que Viseu seja líder, não me choca, antes pelo contrário, era o que mais faltava, e portanto, cabe aos outros municípios, usando uma expressão de um Primeiro-Ministro de má memória, cada um que pedale a sua bicicleta, mas isso não põe em causa, ou não poderá pôr em causa, aquilo que é um princípio que eu acho razoável, acho até fundamental que é, em matérias destas temos que ganhar escala, só garantimos o futuro, quer seja via alterações climáticas, quer sejam outras, se os municípios tiverem capacidade de se agregar, de encontrarem mecanismos de justamente cooperarem uns com os outros, tendo como pano de fundo que estamos a falar de um serviço público essencial e um bem essencial. Segundo as Nações Unidas a água será um Direito Humano ou é um Direito Humano, portanto, estamos a falar de coisas bastante sérias, e portanto, espero que as outras Assembleia Municipais, que as outras Câmaras Municipais possam sobre essa matéria pensar bem. Diria que, isto também não serve para desresponsabilizar o governo da sua responsabilidade, ou seja, a construção de novas barragens. Eu espero não na reprogramação do 2020 mas na arquitetura, programação do 2030, que o Município, que a Região de Viseu, que os Deputados Municipais e os Deputados da Assembleia da República tenham a capacidade e a garantia que no 2030 lá estejam verbas para que Viseu tenha em termos de captação de água, e quando digo Viseu digo a Região toda, capacidade de se defender das alterações climáticas que aí vêm. Da minha parte assim o farei, não estou mais disponível, como acontece agora na reprogramação para ter 200 milhões de euros para o Metro de Lisboa, mais 400 para o Metro do Porto ou ao contrário, já não sei bem, e a Região de Viseu ter 134 para uns remendos no IP3, “ou há moral ou comem todos”. Portanto, essas são as batalhas que nós temos de travar porque o POSEUR por acaso não tem a ver com os PO Regionais, é nacional, e se é nacional, a decisão de gastar em Beja, em Viseu ou em Braga é uma decisão política, e portanto, faz algum sentido quando nós dizemos às vezes, que temos dinheiro público do interior que vai para o litoral e essa é uma batalha que nos cabe a todos nós, e portanto no 2030 muita atenção com aquilo que é a nossa capacidade de ter resiliência nessa matéria, agora direi que isso tem e que já aqui foram afloradas algumas vantagens, este modelo para quem não olha para os privados, para a iniciativa privada como o diabo ou o demo, desde que não seja o próprio a lucrar com isso, porque há duas vertentes agora, se for eu a lucrar com isso é que é bom se forem os outros e que é mau, e portanto devo dizer que é preciso, quando votarmos hoje, ter em atenção que este novo modelo retira de facto capacidade e poderes aos Deputados Municipais, aliás, estava ali à procura mas não encontrei a página 17 que tem um quadrozinho, que tem vantagens e desvantagens do modelo dos serviços municipalizados e há uma coisa que diz que, uma das vantagens é livrarem-se da excessiva dependência dos órgãos municipais, eu acho engraçado que se escreva isso, não é bonito, isso não deve ser razão suficiente para avançar para um... agora, as Assembleias Municipais perde de facto poder, as decisões passam a ser no Conselho Diretivo nos órgãos da empresa, e podemos perder capacidade de fixar tarifas sociais, tarifas amigas da família ou como queiram, e temos até pouca clareza naquilo que é a distribuição dos direitos económicos, o que é que cada município pode absorver, pode vir a ter, quer seja em termos de entrada de capital quer seja recebendo possíveis lucros. Também é verdade, embora ache que a Lei aí é clara, embora estejamos a falar de uma matéria que para percebermos isso é preciso ler 55 leis todas elas contraditórias umas com as outras, eu comecei na Lei 53 e achei piada porque era bastante musculada quer no gestor público

quer na relação do municípios, e depois passamos para a Lei 50 e a coisa fica um bocadinho mais liberalizada, e a culpa se calhar é minha porque estava distraído, porque não me lembro de ter votado contra esta Lei e devia, mas é preciso ter cuidado com os trabalhadores, embora eu ache que a Lei protege os trabalhadores, mas a explicação acho que o Senhor Presidente a dará, portanto julgo que é matéria essencial, temos hoje trabalhadores que prestam serviço de grande qualidade, e não devem ser penalizados numa estrutura destas, mas tem de facto bastantes vantagens e até não me choca se puder haver parcerias público privadas institucionais, porque isso permite maior inovação, captar investimento... nós estamos a falar de um serviço cuja única fonte de financiamento essencial é a tarifa, e se quisermos ter maior telemetria, menos percas, inovar, é preciso investir, e portanto, não cair sempre na fatura do contribuinte é preciso encontrar outras fontes de financiamento, e portanto, sou tendencialmente favorável a que esses modelos possam de facto tirar o melhor partido daquilo que é uma Gestão Delegada ainda por cima não é uma empresa privada, embora seja de direito privado, mas é em termos de Associação de Municípios, e portanto, quer me parecer que, resolvidos os problemas dos direitos económicos, da participação da Câmara Municipal, da equidade associativa e dos trabalhadores, acho que teremos aqui algumas explicações que nos possam eventualmente levar a ter uma bondade nisto. Depois temos de facto alguns problemas. O Tribunal de Contas chumbou o outro modelo, que não é igual a este, mas as recomendações podem ser transpostas para este, eu devo dizer sem cometer nenhuma heresia, não tenho assim tanta bondade sobre o Tribunal de Contas, e é fruto de quem estudou a fundo todos os pacotes e todos os planos, e não há nenhum acordo de parcerias público privada s rodoviárias ...-----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* Senhor Deputado!-----

- *O Senhor Deputado José Hélder do Amaral prossegue a sua intervenção dizendo:* (terminarei) ... que não tenha estudado e bem me lembra o que é que o Tribunal de Contas fez ao não dar visto prévio a 8 subconcessões por faltar algo que é mortal, que é o comparador público, que é saber se o público faz melhor do que o privado, e esse comparador público aparece feito à posteriori, ou seja, primeiro souberam quanto é que o privado fazia, depois o público disse que fazia mais caro que era para justificar a entrega ao privado, é por isso que há aí agora uns processos judiciais, portanto, tudo é possível com Tribunal de Contas, embora eu ache que o Tribunal de Contas tem aqui de facto sobre essa matéria... eu vim aqui de propósito à Assembleia tentar saber onde é que estava o parecer da ERSAR, porque me parece que era fundamental para eu poder tomar uma decisão em consciência se houvesse pelo menos um parecer prévio, uma abordagem do regulador que nos possa dizer, podem caminhar com confiança neste modelo. Ele não existe, não está cá, é uma falha, obviamente que ele é obrigatório para a constituição das tarifas e portanto eu esperava e não custava nada terem pedido à ERSAR eventualmente um parecer sobre essa matéria porque temos outros consultores que foram consultados e a Entidade Reguladora poderia ter sido consultada, e portanto, termino dizendo que, há legislação que protege os municípios e os munícipes também, eu só acho é que de facto a pressa e a falta de mais conteúdo para podermos tomar uma decisão tão importante e tão relevante no futuro, não tanto dos munícipes de Viseu, mas dos munícipes dos outros concelhos, obrigaria eventualmente a mais informação, esperarei para ver se essa informação chega, mas não votarei contra e não votarei contra por uma simples razão que eu acho que há legitimada na tomada desta posição, e eu quero confiar e acreditar que tantos Presidentes de Câmara, tantas Assembleias Municipais não estarão seguramente contra os seus munícipes, estarão seguramente na persecução dos direitos e dos deveres dos cidadãos, mas tenho alguma dificuldade em votar a favor, dado que é preciso mais informação, e é preciso perceber muito bem se Viseu fica ou não fica com garantias que não será beliscada na sua qualidade de serviço que já hoje tem. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Pedro Alves.-----

----- **SEIS – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES**

(PPD/PSD): Obrigado Senhor Presidente, quero cumprimentar os restantes elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Caras e Caros Colegas Membros da Assembleia, Caras e Caros Presidentes de Junta.-----

A realização desta Assembleia e a apresentação da proposta de constituição da empresa Águas de Viseu – empresa intermunicipal - são, em primeiro lugar, o culminar de um processo cujas regras foram impostas pelo governo aos municípios. A verdade é que a 5 de novembro de 2016 entrou em vigor o decreto-lei que reverteu a agregação dos sistemas de água em alta e que, eufemisticamente, incentivou os municípios a agregarem-se de espontânea vontade pois, caso contrário, não teriam acesso aos fundos comunitários do quadro do Portugal 2020, no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR), ao nível do Ciclo Urbano da Água que permite a realização de investimentos na requalificação e modernização dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, em alta e em baixa.-----

Por outro lado, todos sentimos as consequências das alterações climáticas o ano passado. Aliás, ninguém ficou indiferente à seca severa que vivemos em todo o país, com consequência ao nível da escassez de água na região, colocando-se em causa o abastecimento de água para consumo humano. Relevo apenas este facto para não falarmos dos trágicos incêndios de 15 de outubro cuja origem, em parte, também se deveu à seca e às altas temperaturas que se fizeram sentir.-----

No entanto, mesmo antes da tragédia dos incêndios ocorrer, conscientes do problema do abastecimento de água, os Presidentes das Câmaras Municipais de Viseu, Vouzela, Sátão, Nelas, Penalva de Castelo, Mangualde, São Pedro do Sul e Vila Nova de Paiva tomaram a iniciativa de celebrar um protocolo tendente à criação das Águas de Viseu – empresa intermunicipal - para garantir entre outras coisas o reforço do abastecimento de água nos seus concelhos.-----

A par da orientação do governo e das necessidades da região, ainda havia a obrigação de corresponder às orientações do regulador, a ERSAR, ao nível da sustentabilidade dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.-----

Considerando estas três perspetivas e preocupações era necessário realizar os estudos que permitissem alcançar todos os desideratos e cumprir os critérios que garantissem dimensão à entidade gestora ao nível da eficiência e da sustentabilidade económica dos sistemas.-----

É, portanto, perante um misto de necessidade, obrigação e responsabilidade que esta proposta se discute, hoje, nesta assembleia. Estamos conscientes que é um passo de enorme responsabilidade que estamos a dar e que, por sentido de dever do PSD, iremos ajudar concretizar.-----

Como em todas as mudanças que ocorrem, há sempre alguma resistência ou desconfiança em relação à novidade. O que não podemos é continuar sem fazer nada. Não podemos é procurar encontrar um conjunto de desculpas para nada fazer, sabendo que, se nada for feito, tudo o que aconteceu de errado voltará a repetir-se e o que não anteciparmos em relação ao futuro terá consequências ao nível da qualidade de vida e da competitividade do nosso território.-----

Cada qual é naturalmente livre para fazer os juízos que entender. Pode distanciar-se da proposta e até apresentar e apontar outros caminhos. Não pode é identificar e enfatizar o problema, alarmando as populações, e, perante propostas concretas, querer evitar tomar decisões sem que essas tenham naturalmente consequências.-----

Senhor Presidente da Assembleia,-----

Caras e Caros Companheiros,-----

Inicialmente houve quem acusasse o Presidente da Câmara de Viseu de não assumir a liderança do processo, de não ser consequente e de não dar o passo em frente para a agregação de municípios na gestão conjunta dos sistemas. A verdade é que o Presidente da Câmara de Viseu não pode, nem deve estar ao serviço de qualquer agenda, muito menos da do Governo. Ao Presidente da Câmara de Viseu cabe, entre muitas coisas, em primeiro

lugar, a responsabilidade de defender e de lutar pelas aspirações dos viseenses. Pelas soluções que melhor servem o nosso interesse comum. O Presidente da Câmara de Viseu não pode nem se deve resignar a uma peleia político-partidária de alguns que a soldo, outros interesses carregam.-----

É que, tal como o Presidente da Câmara, nós também sabíamos que não bastava dar o passo em frente. É preciso ser mais exigente! É preciso que haja compromisso! Um compromisso do Governo que não se cinja apenas às candidaturas ao PO SEUR. O compromisso tem de ser maior. Tem de prever investimentos estruturais em alta como a construção de barragens para servir esta região. Sabemos que da qual também o Senhor Presidente da Câmara não abdica e queremos também que fique aqui bem claro que nós, o PSD, também não. Não nos iludimos com um prato de lentilhas, como ocorreu com a Barragem de Girabolhos.-----

Há quem tenha dúvidas também quanto ao modelo da empresa intermunicipal que hoje estamos aqui a apreciar, nomeadamente o Partido Socialista, que não surpreende ninguém ao acenar com o bicho papão da privatização. Vejamos então: Quais são as alternativas que temos aqui em consideração? Que caminhos poderia seguir Viseu? Importa saber que são apenas três os permitidos no aviso de abertura lançado pelo Governo.-----

1ª- Associar-se ao sector empresarial do Estado – Águas de Portugal- ficando a maioria do capital no Estado e não no município. Solução que foi publicamente rejeitada pelo presidente da federação socialista;-----

2ª- Integrar uma concessão intermunicipal ou multimunicipal com capital privado, similar à vizinha “águas do planalto” com as vicissitudes que são públicas e que pelos vistos só o CDS vai abrindo aqui alguma porta;-----

3ª Integrar uma empresa do sector empresarial local intermunicipal, com capital totalmente dos municípios. Que é este o nosso caso.-----

E afinal eu pergunto: São estas as três possibilidades, e se nós só estamos a apresentar a possibilidade onde o capital é exclusivamente municipal e a empresa é local, quais são as dúvidas? Quais são as dúvidas?-----

Mas nós PSD, não queremos deixar qualquer dúvida quanto à nossa posição.-----

Nesta conjuntura e perante os condicionalismos legais, apenas admitimos a solução de integrar uma empresa do sector empresarial local e somos totalmente contra qualquer cedência de capital a privados ou ao setor empresarial do estado. Esta é a nossa posição e é bem clara!-----

Porque é isto que está em causa! São estas três opções!-----

E eu pergunto: Quem está contra e desconfia destas soluções?-----

Afinal qual é que é a solução?-----

Como é que se pretende fazer os investimentos que reclamam para pôr cobro às preocupações que todos partilhamos?-----

E que responsabilidade se assume se este processo não evoluir e não tivermos com isso sucesso nos investimentos ou se houver efetivamente problemas ao nível do abastecimento de água?-----

Caras e Caros Membros da Assembleia,-----

Não vos vou roubar muito mais tempo, mas é importante que fiquem claras as posições e que se clarifiquem. É certo que ainda não há qualquer certeza de que os oito municípios se associem a esta proposta. São naturalmente livres de fazer as suas escolhas. Vamos é estar muito atentos às regras do jogo. Não vamos ficar calados com tratamento de favor como aqueles que temos assistido com convites exclusivos a municípios socialistas, contornando as regras dos avisos que agora vigoram.-----

Vamos estar atentos aos beneficiários do concurso porque o Governo também coloca no aviso que as candidaturas devem abranger no mínimo 50 mil habitantes residentes e envolver uma área territorial de 3 ou mais concelhos. Estou, por isso, estamos por isso, muito curiosos quanto à viabilidade e sustentabilidade de soluções que não passem pelo setor empresarial local intermunicipal e que não contem com Viseu.-----

Para terminar a velha questão das tarifas. É sempre uma dúvida que nos assiste a todos. Nós não somos diferentes. Gostava que o Senhor Presidente novamente visitasse esta situação e que nos informasse não apenas do impacto destas mudanças como a posição que a entidade reguladora impõe ou recomenda sobre este problema. É que às vezes fica a ideia que a tarifa da água é apenas uma decisão política e que não há regras ou leis a cumprir.-----

Como estamos a realizar uma sessão, penso que inédita, no dia 1 de agosto, gostaria de perguntar ao Senhor Presidente:-----

Afinal qual é a pressa de fazermos isto? Se há ou não prazos que temos que cumprir, e se não estamos também com isto a ter que liderar o processo de constituição desta empresa intermunicipal e se ainda vamos a tempos de apresentar candidaturas para o aviso que se encontra aberto?-----

Depois, que nos explique também um pouco, embora também já o tenha dito aqui, quais são efetivamente os investimentos prioritários, no imediato? Se há alguma calendarização já prevista e como é que se pretende avançar?-----

Depois também, se há investimentos, há despesa. Como é que é feita a repartição da despesa? Quem é que assume também esses encargos?-----

Por último e porque também temos preocupação social, gostaria de mais uma vez que ficasse aqui salvaguardada a condição dos funcionários, não apenas dos de Viseu mas também dos funcionários dos outros municípios.-----

Se está prevista também integração dos funcionários neste modelo empresarial e se têm garantidas todas as regalias que até hoje têm. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Cristofe Pedrinho.-----

----- **SETE – O SENHOR DEPUTADO CRISTOFE PEDRINHO (PS):** Bom dia a todos. Cumprimento desde já o Senhor Presidente, e as Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, Vereadoras e Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Público em geral, Comunicação Social.-----

Excelentíssimo Senhor Presidente, nesta área dos sistemas de água e saneamento, diversas agregações intermunicipais necessárias para candidaturas ao POSEUR para grandes investimentos foram já realizadas pelo país em devido tempo. Em Viseu perdeu-se muito tempo com a intenção de criar, em primeira instância, uma Empresa Municipal Águas de Viseu.-----

Foi notório que o Senhor Presidente e o seu Executivo Municipal entraram contrariados neste processo de agregação intermunicipal, na sequência do chumbo da criação da Empresa Municipal pelo Tribunal de Contas aduzindo fundamentos sérios, objetivos e antecipáveis. O que acentua a evidência de falta de visão sobre a gestão estratégica da água no nosso Concelho! Aliás, o aspeto solidário de que o Senhor Presidente Câmara fala com esta intermunicipal, não foi tido em conta na primeira tentativa de criar uma empresa municipal. Diga-se aliás, que a capitalização da articulação entre municípios vizinhos, vantagem comparativa geoestratégica fundamental de Viseu, a que o PS está sempre a chamar a atenção - está longe de ser a política do Executivo, ou da estratégia... Viseu Primeiro, Viseu Primeiro!-----

Mais uma vez se comprova neste processo!-----

Processo, diga-se, sempre sob pressão, mas ainda, ou por isso mesmo..., pouco sedimentado, pese a grande urgência!-----

Comece-se com o ‘Protocolo para a constituição de uma Empresa Intermunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais’, protocolo celebrado para um momento mediático “fotogénico”, assinado em cima das eleições autárquicas. Há princípios fundamentais do Protocolo que até aqui tiveram de ser bem reconsiderados, como se comprova.-----

Entretanto, é de conhecimento público o grande desconforto que municípios parceiros sentem relativamente à solução de Empresa Intermunicipal apresentada e de toda a condução do processo.-----

Agora, verifica-se claramente a impressão de, à pressa, como aqui já foi dito, de se tentar aprovar os Estatutos e Contrato de Gestão Delegada em reuniões de câmara e assembleias municipais dos oito municípios. Porém, diversos executivos municipais não levaram ou levarão o assunto a reunião de câmara ou, muito menos, à assembleia municipal.-----

Advinha-se portanto uma inconsequência desta sessão de hoje da Assembleia Municipal de Viseu ou, dito de um modo mais simples, uma perda de tempo para todos nós aqui presentes.-----

Mais grave, podemos estar perante um impasse que compromete a rapidez da resolução em definitivo de um problema infraestrutural básico – falta de água em períodos de seca - do concelho de Viseu e região envolvente.-----

O tempo aperta para o financiamento / comparticipação comunitária das obras previstas e imprescindíveis. E estamos nisto! Estamos parados!-----

Pior, nos documentos em discussão, nas suas mais 2000 páginas, é manifesto uma grande indefinição, e até contradição, dos grandes investimentos relativos às origens e transporte de água para consumo humano, a construção/reconstrução de barragens e ligações redundantes, temos municípios que dizem que querem e temos municípios que dizem que não querem.-----

Dúvidas ficam também patentes para as soluções de saneamento básico para diversos municípios.-----

Em termos formais dos documentos apresentados, há demasiados espaços em branco de indicações, números e valores que deveriam estar presentes nesta minuta e não estão. Portanto, o Senhor Presidente da Câmara anunciou que tínhamos um Capital Social de 40 milhões mas não está escrito no documento, não aparece neste documento. Fala que temos uma participação de 49,9% mas também não está lá escrito, não está lá nada em concreto. Não está, não está.-----

Verifica-se serem necessários incrementos globais do sistema tarifário para fazer face a gastos operacionais e de financiamento. Pela “estrutura do tarifário” é evidente que as taxas de água e saneamento a longo prazo vão aumentar para os viseenses.-----

Por último, para finalizar a minha intervenção, desejaria sublinhar dois pontos essenciais que já foram aqui referidos, tanto pelo PSD como pelos restantes Grupos Municipais que São:-----

Os atuais direitos laborais dos colaboradores dos SMAS de Viseu têm que ser garantidos em toda a sua linha, e não temos a certeza absoluta, a não ser que o Senhor Presidente da Câmara nos queira dar a sua Palavra de Honra, que nos próximos 10, 15, 20 anos, o Sistema de Água e Saneamento de Viseu, o SMAS não seja privatizado.-----

Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Rui Martins.-----

----- **OITO – O SENHOR DEPUTADO RUI ANTÓNIO DA CRUZ MARTINS (PS):** Senhor Presidente da Mesa, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, Público em geral.-----

Após a intervenção dos meus colegas Deputados Municipais no Grupo Municipal do Partido Socialista, desejaria ainda de fazer aquilo que julgo serem reflexões pertinentes à volta desta importante discussão sobre o futuro do sistema de água e saneamento de Viseu. Para os investimentos necessários nesta área, como aqui já foi dito, o tempo urge! O tempo urge aliás, para finalmente serem construídas múltiplas obras há muito propagandeadas pelo Executivo Municipal.-----

Senhor Presidente, o EUROPEADE correu bem..., parabéns também para a cidade de Viseu, mas isso não irá iludir os viseenses sobre questões materiais concretas da máxima

relevância. Diríamos, após tantos anúncios e adiamentos, que o Executivo Municipal, neste período final do Portugal 2020, estará pressionado pelo tempo para, finalmente, fazer, construir! É notório!-----

Como já transpareceu de intervenções anteriores, esta área da Água e Saneamento, e a necessidade urgente de constituir as Águas de Viseu – Empresa Intermunicipal para alavancar obras, é sobre isso paradigmática.-----

Olhe, precisamente, um exemplo, o Edifício das Águas de Viseu, com sucessivos aditamentos ao projeto, desde 2015, amplificando também os custos. Pior, só o Projeto do antigo edifício Sede do Orfeão que se arrasta inexplicavelmente desde 2013, com um aumento brutal de contas a nível de custos. Como foi denunciado pelos Vereadores do Partido Socialista anteriormente.-----

A lista de espera de obras para avançarem em Viseu é grande!-----

Já que falamos de investimentos na área das Águas e Saneamento, e sobre a política ambiental do município neste âmbito, esperemos bem que o impasse na constituição desta empresa intermunicipal não comprometa a intolerável descarga de águas residuais diretamente no Rio Pavia, a meio da Cidade, em períodos de precipitação, que o PS denunciou.-----

Relativamente à política de saneamento, julgavam os viseenses que tínhamos a melhor infraestrutura e solução nacional, quando para além desta descarga, descobrem em pouco tempo que também as suas lamas - aí sem responsabilidades diretas da Câmara Municipal de Viseu - são descarregadas descontrolada e ilegalmente em Calde, potenciando sérios impactos ambientais.-----

Para concluir, estas questões também mancham seriamente a gestão das águas residuais urbanas no Concelho de Viseu, o que até, há pouco, parecia ser exemplar.-----

Tenho dito!-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Há mais algum pedido de intervenção? Tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Alves. É a segunda intervenção.-----

----- **NOVE – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Muito obrigado Senhor Presidente. Preocupou-me efetivamente o tipo de intervenção que aqui foi feita por parte de alguns membros desta Assembleia. A verdade, é que todos assumem que há necessidade de se fazer alguma coisa. A verdade é que há condicionalismos que foram impostos ao município pelo governo. A verdade é que só temos três possibilidades de nos posicionarmos para podermos ter acesso a fundos comunitários, caso contrário também temos que perceber que se o investimento for feito pelo município outras coisas ficarão por ser feitas, e depois é preciso também fazer as escolhas. Quem não quer seguir este caminho, tem que dizer o que é que não quer que se faça para que isto possa ter feito, não andamos aqui... não há brincadeira, isto não é brincadeira, e o que aqui vimos, foi um conjunto de intervenções que se limitaram apenas a levantar questões sem apresentar uma única solução, um único caminho, e é assim que isto vai andando, a preocupação das pessoas não é resolver os problemas, é fazer efetivamente aqui uma encenação que na verdade não passa de um exercício demagógico inconsequente, e eu gostava que nesta Assembleia houvesse um bocadinho mais de responsabilidade, um bocadinho mais de seriedade na abordagem do problema. Quando se vem acusar aqui o município, de o município encontrar agora na Lei um caminho. Mas foi o município que fez o aviso de abertura? Foi o município que reverteu o que estava em curso ao nível do sistema em alta? Foi este governo. Foi este governo que empurrou os municípios todos, não é só o de Viseu, para esta solução, e depois, outra situação que também me preocupa, que é aquela solidariedade dos coitadinhos com municípios ao lado, coitadinhos dos municípios ao lado. Se os municípios ao lado não quiserem fazer o caminho deles, é um problema que é dos municípios, não é nosso, nós temos que resolver o nosso problema, isto não é um problema político-partidário como querem fazer crer, isto é um problema de Viseu e dos Viseenses, estamos confrontados com uma situação, temos

que a resolver, há decisões que têm que ser tomadas, há consequências que vão acontecer certamente e portanto, vamos saber quem é que tem coragem para o fazer, quem é que efetivamente defende os interesses dos viseenses, porque esta coisa, aí eu sei... eu estou preocupado com o que vai dizer o Presidente da Câmara de Vouzela ou o de Mangualde ou o de Nelas em relação a esta situação? Eles é que terão depois que prestar contas perante os seus eleitores e os seus municípios. Em relação a esses municípios devíamos era todos aqui preocupados porque é que alguns deles têm tido situações de favor para fazer obras à revelia daquilo que são as orientações, e porque é que a Viseu não é dada essa possibilidade de aceder diretamente por convite para fazer o investimento (x) ou (y), porque temos certamente projetos para fazer esse investimento. Não vi aqui ninguém preocupado com essa situação do governo. Certamente que estiveram do lado de lá na elaboração dos avisos para limitar os municípios, mas se for para ajudar municípios de camaradas está tudo bem, está tudo muito bem. Mas não está! Porque os viseenses é que estão a ser prejudicados, e por isso, queria aqui deixar este sinal de preocupação do PSD relativamente aquilo que aqui foi dito, Não há ninguém a apresentar uma única solução para resolver o problema do abastecimento de água nem do saneamento, nenhuma solução aqui foi apresentada. Gostava que tivesse sido aqui apresentada a solução. Não foi, não foi...-----

Uma Senhora Deputada intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves prossegue a sua intervenção dizendo: Eu falo como me apetece Senhora Deputada. Sou eu que faço as minhas coisas, acredite nisto, acredite nisto. Por isso, Senhor Presidente da Assembleia, eu vou deixar aqui este registo de preocupação e espero que a consciência de cada um, no futuro, em função daquilo que for o resultado desta Assembleia e deste processo, depois também saiba assumir as suas responsabilidades perante os viseenses. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra então o Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **DEZ – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Senhoras e Senhores deputados. Permitam-me que faça aqui uma nota prévia, pedir desculpa mais uma vez à Senhora Deputada Filomena Pires por lhe ter interrompido as férias, mas foi para bem dos cidadãos. Enfim, ficámos também a saber que a seca de 2017 foi uma grande encenação da Câmara de Viseu e do Presidente da Câmara de Viseu, portanto, senhores, ficou registado em Ata que isto foi também uma encenação, e o facto de o governo ter dito aos municípios ou se agregam ou não há apoios, é uma responsabilidade do Presidente da Câmara de Viseu, também chegámos a essa conclusão aqui, a verdade é que o governo lançou uma *call*, volto a referir em baixa, mentirosamente, volto a repetir, mentirosamente o Partido Socialista procurou em conferência de imprensa dizer que havia fundos comunitários disponíveis para o Município de Viseu aproveitar é falso. Não existem fundos comunitários disponíveis. Existe neste momento uma *call* intermunicipal a tal onde nós podemos aprovar 15 a 16 milhões de euros para os 8 municípios, que obriga à agregação e só para baixa, portanto, a mentira tem perna curta, e portanto, quando a mentira tem perna curta cai logo à primeira.-----

Segundo aspeto, isto não é uma luta político partidária. O Partido Socialista transformou isto numa luta político-partidária. Primeiro, há 5 municípios que são do Partido Socialista, há 3 municípios que são do PSD, mas não está em causa, há é municípios que têm cidadãos, têm pessoas que têm um problema para resolver.-----

Do ponto de vista do modelo de gestão, o papão da privatização, aliás, recordo-me bem aquando da campanha eleitoral, mas depois os viseenses também souberam dar a resposta, o grande papão é, Almeida Henriques quer privatizar as Águas de Viseu. Enfim, se Almeida Henriques quisesse privatizar as Águas de Viseu, não tinha constituído há dois anos atrás, quando estava em curso o processo do Tribunal de Contas, um protocolo com

os municípios vizinhos. A lógica da passagem do SMAS a Águas de Viseu teria facilitado muito o processo da agregação. Se o Tribunal de Contas não tivesse usado a argumentação pouco jurídica, nós teríamos conseguido em simultâneo ter assinado há mais de dois anos, há mais de dois volto a recordar, e mais uma vez a mentira tem perna curta, quem vem para aqui mentir tem que ser penalizado, eu acho que em política não vale tudo, a mentira não é admissível em política, tentar criar aqui a ideia de que o Presidente da Câmara só depois do chumbo das Águas no Tribunal de Contas é que enveredou por uma lógica intermunicipal é uma grande injustiça para o Presidente da Câmara, para mim e para os outros 7 Presidentes de Câmara e para o Secretário de Estado do Ambiente. Há mais de dois anos que nós assinámos um protocolo para seguirmos um caminho conjunto e simultaneamente nessas reuniões foram informados os vários Presidentes de Câmara que estava em curso um processo da passagem dos SMAS para Águas de Viseu que facilitaria, porque depois abríamos o capital das Águas de Viseu aos municípios vizinhos, enfim, isto é errado Senhores Deputados? Acham isto errado? Acham que este caminho é um caminho menos transparente que tenha que ser objeto de luta político-partidária? Enfim, para compensar há uma coisa que eu relevo, é que toda a gente elogia a gestão das Águas de Viseu, dos SMAS, mas sabem quem são os gestores? É este Presidente da Câmara que aqui está, não há outro, é este Presidente da Câmara e à minha esquerda estão os dois Administradores do SMAS Águas de Viseu do último mandato, e à minha esquerda e à minha direita estão os atuais administradores das Águas de Viseu, portanto, muito obrigado pelo elogio que nos fazem, não venham cá criticar porque efetivamente se elogiam o trabalho que fizemos, e nós estamos muito orgulhosos desse trabalho que fizemos e do sistema que hoje temos, então, ainda bem que todos elogiaram, que fique registado que toda a câmara foi unânime em elogiar o trabalho que foi feito nestes 5 anos, quase 5 anos nas Águas de Viseu, de facto preparámo-nos bem para as coisas, e já agora Senhor Presidente, eu pedia-lhe que exercesse a sua autoridade para evitar que os comentários viessem da plateia designadamente de quem não é membro desta Assembleia Municipal, começo a ficar um bocado cansado de ter sempre este buzinar, esta vuvuzela lá em cima a azucrinar os ouvidos, acho que isto não é democrático, quem tem a legitimidade para estar aqui usar da palavra deve usá-la, quem não foi eleito tem que assistir calmamente e usar eventualmente o período do público para poder emitir a sua opinião. Voltando ao tema, que é isto que nos interessa. Portanto, registar essa questão. Este sistema que estamos agora a fazer e a seguir, é só o resultado de um acordo celebrado entre os municípios e que no passado dia 12 de julho, no Grão Vasco, numa reunião que eu fiz com todos os meus colegas foi objeto de unanimidade, ao fim da reunião todos se comprometeram, estamos de acordo, estamos todos no mesmo barco, vamos seguir o processo de criação da empresa, da agregação, e relevar o prazo da candidatura intermunicipal ao sistema em baixa, foi sucessivamente sido prorrogado pelo governo, primeiro para uma data, agora para setembro, e portanto, o crivo que nós temos aqui foi criado pelo próprio governo, e portanto, no dia 12 de julho todas as câmaras municipais assumiram que era prioritário criar as Águas de Viseu Empresa Intermunicipal, e por acaso não se me consta que alguém tivesse posto em causa o nome. Esta não é a região de Viseu? Enfim, também foi uma revelação, o Jorge Sobrado já não tem agora o exclusivo de ser o homem do marketing, já tem aqui uma concorrente dentro da própria Assembleia Municipal, alguém que hoje se revelou como grande especialista em marketing. Por outro lado, o Conselho de Administração desta futura empresa é um Conselho de Administração constituído exclusivamente por Presidentes de Câmara, o Conselho Geral desta futura empresa é constituído exclusivamente por Presidentes de Câmara, onde é que está o papão? Já hoje temos um Administrador Delegado, o Engenheiro Tomás é o homem que todos os dias trata da operação das Águas de Viseu, dos SMAS, o mesmo acontecerá, portanto, quem tem a decisão política na totalidade são exatamente os Presidentes de Câmara, portanto, aonde é que está o papão, mais uma vez da privatização? Isto para que fique claro, porque de facto nós já nos habituámos, sobretudo da esquerda, desta

esquerda, que nós gostávamos de ver hoje aqui comprometida com Viseu. Não procurem encontrar o problema no Presidente da Câmara, olhem para o passado e para o futuro. Vejam o problema da seca, a Câmara de Viseu incorreu em 600 mil euros de custos para assegurar que a água não faltasse nas torneiras das pessoas. Que contrapartida é que o governo deu à Câmara de Viseu? 175 mil euros, foi esta migalha que o governo atribui à Câmara de Viseu. Eu não sou invejoso em relação aos concelhos vizinhos, acho que tudo o que possa ser feito pelos concelhos vizinhos tem o meu beneplácito, mas já não posso estar de acordo com aquilo que disse aqui o Deputado Pedro Alves e que efetivamente é real, nós andamos desde que se iniciou este quadro comunitário de apoio a dizer ao governo, abram-nos uma *call* para fazermos o aumento do reservatório do Viso e para aumentarmos a capacidade de tratamento da ETA de Povolide. O governo está em funções há mais de 3 anos, há 3 anos e tal que andamos nisto e vimo-los passar à frente, vimos abrir *calls* específicas para várias situações à volta. Há ETARs que estão a ser construídas neste momento que tivemos que recorrer a financiamento direto, isto é, investir diretamente quando não tivemos o mesmo tratamento de privilégio que tiveram outros municípios à volta. Isto não é não é honesto. Este tratamento discriminatório que tem sido feito por parte do governo em relação aos municípios que não são da cor há que denunciá-lo. Dois terços das *calls* abertas até hoje no POSEUR foram destinadas a municípios do Partido Socialista, isto é inadmissível, porque as regras deviam ser iguais para todos, não venham depois com argumentos de outra índole. Aquilo que estava ao nosso alcance foi sempre feito. A ensecadeira está a funcionar, e com dinheiro do município, aquilo que dependeu de nós está feito. Neste momento são 10 milhões de euros de obras em curso exatamente para o fecho do sistema, perguntam-me, alguém perguntou, acho que foi o Senhor Deputado Hélder Amaral. Então mas se nós estamos bem? Enfim, nós temos é que cuidar dos interesses dos Viseenses. Sim, nós podíamos continuar o percurso sozinhos, podíamos. Provavelmente se pensarmos a 50 anos, e temos obrigação de o fazer. Quer dizer, qualquer político, qualquer responsável tem obrigação de pensar para além do seu mandato, e eu espero que alguns dos meus colegas à volta não estejam a pensar só no seu mandato, eu estou a pensar no médio/longo prazo, eu quero ser juntamento com as equipas que temos a trabalhar connosco uma das pessoas que contribuiu para uma solução intermunicipal resiliente, que não nos faça passar pelas situações que passámos há um ano atrás, é para isto que eu quero contribuir, não há cá papões, e por outro lado virem para aqui lançar lama, é desonesto intelectualmente, é desonesto intelectualmente vir aqui acusar o município no que diz respeito às lamas, que eu saiba ainda não foram transferidas para o município as competências de fiscalização que pertencem à Agência de Ambiente. Nós de imediato, quando soubemos que havia esse transporte não estava a ser feito nas devidas circunstâncias, de imediato fizemos a denúncia à Polícia, à GNR, para através dos órgãos competentes agir, não se venha agora querer pôr em cima da Câmara Municipal uma responsabilidade que não tem, por outro lado, concursos públicos, nós cumprimos a Lei, o Senhor Deputado não conhece a Lei porque senão não vinha dizer o que veio dizer ali, porque nós abrimos um concurso público e dizemos assim: É preciso fazer o transporte das lamas que já levam 15% de desidratação da ETAR de Viseu sul para uma deposição em aterro seguro, nós quando abrimos este concurso, admitimos a concurso todas as empresas que estão devidamente acreditadas não pela Câmara Municipal, mas pelo Estado Central. É a Agência Portuguesa do Ambiente que dá e coloca o certificado. Agora, nós não podemos excluir do concurso público alguma empresa que se apresenta com as credenciais que lhe são dadas pelo Estado Central e portanto, adjudicamos ao preço mais baixo. Acompanhamos, acompanhamos sim, e portanto, acompanhamos porque temos grande cuidado com as questões ambientais, e portanto, é de grande desonestidade intelectual o Senhor Deputado vir para aqui tentar deitar lama para cima do Presidente da Câmara, foi isso que fez, quando de facto a câmara não deixou de cumprir aquilo que efetivamente estava ao seu alcance, e olhe, não gosta mais da cidade, do concelho e do país do que eu, e portanto, seguramente que um concelho que tem

preocupações ambientais não deixaria passar isso em claro,-----
Referir também que, de facto as soluções têm que ser devidamente ponderadas, há que haver aqui solidariedade regional, quer dizer, o Partido Socialista não pode andar às segundas, quartas e sextas dizer que o Presidente da Câmara de Viseu não é solidário com os seus vizinhos, que não está disponível para trabalhar com os seus vizinhos, e depois quando aparece aqui uma questão que tem a ver com trabalho conjunto com os vizinhos, que há dois anos e tal decorre, diz: O Senhor Presidente da Câmara é um malandro, não devia fazer estes acordos com os vizinhos. Está aqui encapotadamente a fazer isto, enfim, não me parece também correto, não me parece politicamente honesto alinhar por esse diapasão e portanto, nós devíamos era estar neste momento, o que seria útil para os viseenses e para toda a região é que todos hoje estivessemos aqui a alinhar pelo mesmo diapasão, todos a dizerem assim: É urgente a nova barragem de Fagilde, e o governo tem que a fazer, era isso que eu esperava que esta bancada aqui da geringonça pudesse hoje dizer aqui. Era esta bancada da geringonça a dizer assim ao governo: Façam uma discriminação positiva destes territórios que tiveram seca. É exatamente isso Senhor Deputado Hélder Amaral, esse dinheiro está a ser desviado para os Metros de Lisboa e Porto, e em vez dos Metros de Lisboa e Porto, devia era estar a ser desviado para o sítio onde tem que estar, porque se Portugal recebe verbas do fundo de coesão é porque há regiões de convergência e as verbas do fundo de coesão apesar de serem verbas nacionais deviam ser aplicadas só nas regiões de convergência e neste caso concreto devíamos estar a ser privilegiados, portanto, o que eu esperava aqui desta geringonça era que efetivamente hoje viessem ali dizer assim: Senhor Presidente Câmara e Senhores Presidentes das Câmaras dos outros 7 concelhos, nós estamos ao vosso lado, estamos ao vosso lado para exigir que o governo faça a Barragem de Fagilde, a nova Barragem de Fagilde., estamos ao vosso lado para exigir que o governo aprove o projeto intermunicipal que têm em curso, estamos ao vosso lado para exigir que o governo financie a construção da conduta que vai permitir fazer a resiliência, são 10 milhões de euros de investimento. Estamos ao lado dos 8 municípios para exigir que o governo financie também o sistema de fornecimento a Lafões. Era isto que se esperava. Era isto que se esperava. Não, é assim: Temos que constituir uma situação que seja resiliente, que possa produzir efeitos, mas não queremos nenhuma solução. Foi isto que resultou deste debate hoje aqui. Isto é, vamos fazer o caminho, mas não queremos nenhum caminho, enfim, não se pode estar ao mesmo tempo dos dois lados da estrada, tem que se fazer uma opção, ou se atravessa a estrada ou não se a travessa a estrada, e quando se atravessa a estrada temos que usar a passadeira, se estiver vermelho temos que parar, isto é temos que o fazer com sentido de responsabilidade. Agora, nós também sabemos que os papagaios repetem aquilo que ouvem, e há aqui alguns papagaios, há aqui pessoas que nunca estudar estes assuntos e vêm opinar sobre eles, enfim, é fácil fazer o papel de papagaio. Olhe, eu não faço o papel de papagaio, eu estudo os dossiers a fundo, embrenho-me neles a fundo, estudo ao pormenor, procuro saber quase tanto como aqueles que nos prestam consultoria, e esse trabalho fazemo-lo todos os dias, não é só aqui, e portanto vamos continuar seguramente a fazer esse trabalho.-----

Por fim, penso que basicamente já fui respondendo a tudo que foi aqui dito, e portanto, dizer-vos que, se este processo chegar a bom-porto, o que eu espero é que efetivamente o governo cumpra as suas responsabilidades, porque nós estamos a cumprir as nossas, e o que espero é que nós consigamos fazer um percurso resiliente, e quero-vos dizer mais, uma coisa é esta opção imediata, mas continuo a achar que quando este governo sair de funções e entrar um novo governo em funções, seja ele qual for eu voltarei à carga, acho que num território como este não podemos continuar a ter problemas de falta de água, e a opção barragens continua a ser a melhor opção e este é um juízo que eu faço aqui, acho que numa região que é servida por três bons rios como é o caso do Mondego, o caso do Dão e o caso do Vouga, não há motivo nenhum que justifique falta da água, é preciso represá-la no sítio certo. Este governo fez uma má opção, designadamente em Girabolhos, se Girabolhos

tem continuado hoje não tinha problemas porque Girabolhos fornecia um setor deste território, e neste momento não precisávamos, tínhamos a tal solução redundante através de Girabolhos, mas não fez Girabolhos nem criou alternativas, eu sei que este governo Dito, não, barragens está fora de causa, mas esta discussão não acabou, esta discussão ainda não acabou, é preciso tê-la, é preciso olhar para o futuro e dizer assim: Cada vez mais as captações de superfície ou de subsolo correm maiores riscos, nós sabemos bem, nós temos várias freguesias onde ainda recorremos a captações de subsolo e sabemos muito bem o trabalho que nos dá diariamente para manter essa água com os padrões de qualidade elevados que aqui foram relevados, são muitos milhares de análises que temos que fazer diariamente e portanto esse não é o caminho, o caminho é da agregação.----- Por fim falar do cumprimento da Lei. A Lei é igual para todos. Meus caros amigos, a Lei é igual para todos. Há municípios que estão a subsidiar a água, que estão a subsidiar a indústria, estão a fazer coisas que a Lei não permite, e já agora Senhor Deputado Hélder Amaral, não era possível ter o parecer da ERSAR antes do instrumento constituído, não se pode pedir à ERSAR que dê um parecer sobre algo que ainda não está constituído, portanto, de facto quando a empresa intermunicipal estiver constituída é de imediato em simultâneo para o Tribunal de Contas e para a ERSAR, e seguramente que o Tribunal de Contas não fará o seu parecer sem se conhecer qual é a opinião da ERSAR, e já agora dizer-lhe que este processo de agregação municipal tem sido feito muito em sintonia com a ERSAR, perguntando a opinião, aliás, o primeiro estudo que nos apareceu em cima da Mesa foi exatamente feito pela ERSAR, um contributo que foi dado pela entidade reguladora, portanto, isto não é feito em rédea livre, agora, não tenhamos ilusões, nós sabemos que o governo estaria muito mais satisfeito se nós tivéssemos dito um sim às Águas de Portugal e o que estaríamos hoje a discutir nesta Assembleia Municipal era se íamos ou não aderir a uma empresa intermunicipal, que por acaso também tinha a mesma designação, Águas de Viseu, vejam lá a ironia desta coisa, da proposta que nos foi feita, em que as Águas de Portugal teriam 51% em que os municípios, estes 8 teriam 49% e em que a empresa intermunicipal assumia o investimento todo em alta, e que assumia logo à partida que nos iria fazer um fornecimento entre 50 a 52 centimos nos primeiros 5 anos e depois fazia a revisão da tarifa após 5 anos. Os 8 Presidentes de Câmara também fizeram a análise e entenderam que esta não era uma boa solução, se eu posso como hoje acontece, as Águas de Viseu., os SMAS produzem a água a um preço competitivo que nos permite ter uma das águas mais baratas do país, aliás, se nos compararmos com alguns sistemas aqui à volta, temos no primeiro escalão menos de metade, e aí também respondo à questão a que o Senhor Deputado Pedro Alves se referiu, que é o tarifário. Quem leu os papéis, porque é preciso ler os papéis, compare a tabela que lá está com a tabela que está em vigor, e tem lá a resposta, aliás, globalmente na água até desce, o preço da água até desce, no saneamento há um acréscimo da taxa fixa, que já é um caminho que vai ser seguido, que é o caminho de ter uma taxa fixa mais elevada para abranger no sistema todos os clientes que hoje não estão no sistema e depois, baixando a seguir o escalão seguinte para que os que já pagam não sejam penalizados é tão simples como isto, é o que está lá nessa tabela, agora, as pessoas ou não leem, ou depois querem vir para aqui fazer este papel político-partidário, isto não é uma luta político-partidária meus caros amigos, isso é na campanha eleitoral e na campanha eleitoral nós fizemos o nosso trabalho, o povo disse que eramos nós que devíamos governar o município com maioria absoluta, e estamos a governá-lo de acordo com as opções que apresentámos ao povo, e portanto, vamos continuar esse caminho, agora, isto não é a campanha permanente nem é um bota-abaixo permanente a que estamos habituados, e de facto ó Senhor Deputado Hélder Amaral, a escala é importante, 47 mil clientes pode dar para ter aqui um microssistema que é autossustentável, a verdade é que nenhum município à volta consegue encontrar uma solução consistente para o futuro se não se agregar a Viseu, porque não tem massa crítica, hoje está provado que um sistema destes não consegue funcionar abaixo de 80 mil pessoas, um sistema robusto que permita fazer os tais investimentos, e portanto, mesmo para

defesa, eu podia pensar na lógica dos mandatos que tenho pela frente, ou do mandato que tenho à frente e se dizer assim, bem se eu sair da Câmara daqui a 3 anos ou daqui a 7 isto aguenta até lá, podia pensar assim e dizer assim: Chuto para o lado, deixo que as coisas andem e que façam o seu percurso, Não, não tenho essa postura. Eu não estou nada preocupado em fazer em fazer opções de curto prazo, faço as que tenho que fazer, mas todas as opções de médio prazo que tenham que ser feitas terei a coragem de as fazer, porque eu sou sobretudo um cidadão que ama a sua cidade, ama a sua região e ama as pessoas que aqui estão, e portanto, desse ponto de vista as minhas opções, as opções do executivo serão sempre opções que tenham em linha de conta aquilo que é o melhor para as pessoas.-----

Por fim a questão dos funcionários. Nem é preciso o Presidente da Câmara aqui assumir nada, cumpra-se só a Lei, aliás, a Câmara está muito à vontade, basta ver este percurso dos precários. Qual foi a primeira câmara que regularizou todos os precários a nível nacional? Foi Viseu. Mesmo algumas do Partido Comunista ainda não o fizeram, mas nós já o fizemos. Olhe, já dei posse.-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Agradecia que não houvesse diálogo. Agradecia silêncio. -----

- O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo: Eu sei que isso incómodo ali a Senhora Deputada Filomena Pires porque custou-lhe muito ver darmos...--

- O Senhor Presidente da Mesa volta a intervir dizendo: Agradecia que não houvesse comentários.-----

- O Senhor Presidente da Câmara retoma a sua opinião dizendo: É a má educação, mas pronto. Custou-lhe muito ver a dar posse a todas as nossas auxiliares educativas e verificar que muitas delas, se tivéssemos seguido o caminho que a Senhora Deputada indicou tinham ido para o desemprego, assim não, todas já estão nos quadros da câmara. Custou-lhe muito ver que em prazo *record* a Câmara de Viseu tratou, neste momento está o assunto tratado, acho que há duas situações que ainda estão a decorrer, porque os concursos têm que ser feitos, mas temos o assunto tratado, agora, basta Senhor Deputado Pedro Alves e outros que referiram o assunto, dizer-lhe o seguinte: A questão dos funcionários está logo à partida salvaguardada, os funcionários dos SMAS são funcionários da Câmara, só poderão passar para uma entidade intermunicipal se quiserem passar para uma entidade intermunicipal, primeiro ponto. Segundo ponto, se passarem para uma entidade intermunicipal mantêm exatamente as mesmas regalias, a mesma antiguidade e todos os direitos adquiridos. Terceiro aspeto, até se pode chegar ao extremo de a pessoa continuar a manter-se vinculada à autarquia, isto é válido para Viseu e é válido para as outras 7, sendo destacada em termos de serviço na empresa intermunicipal, portanto, há sempre 3 alternativas, muito diferentes daquelas 3 alternativas que o governo nos deixou, porque se o governo nos dissesse assim: A Câmara de Viseu até pode fazer todos os investimentos, estão aqui os dinheiros comunitários para o efeito e seguir o seu caminho, até assumia a Câmara de Viseu como um fornecedor dos outros municípios à volta, esse era um caminho, se o governo não nos tivesse imposto... é certo que o governo primeiramente queria impor era que fizéssemos a associação com as Águas de Portugal, não tenho dúvidas nenhuma, aliás, a reação do Presidente da Federação Distrital do Partido Socialista é bem emblemática de que era esse o caminho que achavam que devia ter sido seguido. Quando nós o rejeitámos, havia os outros dois caminhos que foram aqui muito bem referidos pelo Senhor Deputado Pedro Alves, era ou agregação, ou agregação, agregação num determinado sentido, ou agregação noutro sentido. Estamos a fazer o nosso percurso, estamos a cumprir as nossas responsabilidades. Perguntarão? Mas hoje esgotamos o processo aqui? Os meus 7 colegas o dirão. Sei que neste momento, Vouzela já aprovou na Reunião de Câmara, Sátão também já aprovou na Reunião de Câmara, e os dois têm Assembleias Municipais convocadas, S. Pedro do Sul aprovará na próxima semana e levará à Assembleia Municipal, tive ainda na semana passada mais uma reunião intercalar com os meus colegas de Vila Nova de Paiva, de Nelas

e de Mangualde, com toda a transparência, e um representante também de Penalva do Castelo, escalpelizámos as questões, consolidámos o que tínhamos a consolidar, havia ali designadamente uma questão com o modelo de governança que eu resolvi de imediato, e disse assim: Se o problema é haver um representante do atual sistema em alta e um representante de Lafões e passar a haver dois, dou de barato, passa é haver dois, e portanto, de barato disse, dois representantes do atual sistema que envolve Nelas, Mangualde, Viseu e Penalva do Castelo, portanto, aceitei de barato, e ao mesmo tempo dois representantes de Lafões o que significa que em vez de 3 enfim, podemos evoluir para um Conselho de Administração de 5 pessoas totalmente constituído por Presidentes de Câmara. Não estou nada preocupado com a filiação político-partidária porque se o tivesse não tinha iniciado um processo destes. Porque se estivesse preocupado com isso não estava num grupo de trabalho, que aliás, diga-se de passagem, a Câmara de Viseu é elogiada por todos os colegas, esse também foi o diapasão, foi realçarem o papel preponderante que a Câmara de Viseu e o seu Presidente têm tido na perspetiva de chegar aqui a um entendimento e a uma solução conjunta, isso foi dita pelos meus colegas todos na última reunião que tivemos no dia 12 de julho, agora, nós estamos a cumprir as nossas responsabilidades, a honrar os compromissos que assumimos. O que vai acontecer nos próximos dias? Vamos acompanhar e esperamos efetivamente que todos os nossos colegas à volta sejam consequentes com aquilo com que se comprometeram, primeira situação, segundo, que não estejam preocupados com perspetivas de curto prazo e a verdade é que a ERSAR já está a notificar os municípios que não estão a cumprir a Lei, porque não é possível do ponto de vista da Lei andar a subsidiar o sistema, e muito menos subsidiar empresas. Nós já rejeitámos algumas empresas em Viseu que precisavam de grandes quantidades de água porque não temos água para lhes dar, portanto, não podemos ter outras situações de pessoas que até recebem água quase a custo zero, além disso, como sabem também, e já agora ficam com a informação toda, nós estamos a desenvolver um processo que está numa fase final de estudo para o aproveitamento da água da ETAR Viseu Sul, e já dissemos aos concelhos à volta que estamos disponíveis para fornecer essa água, essa sim como não tem tratamento e sai de uma ETAR de águas residuais, já foi usada, aliás, nós fornecemos gratuitamente, ao contrário do estado que nos cobrou a água toda, nós fornecemos gratuitamente ao Município de Nelas toda a água que foi transportada durante o período da seca, toda, nos camiões, saída da nossa ETAR de Viseu Sul, só com o tratamento de desionização que permite que aquela água seja usada na indústria, porque até é um crime estarmos a usar água tratada para indústria, é criminoso, porque de facto a escassez de água e a quantidade de produtos que são usados para a tratar, não devia ser, mas enfim, há situações que já vêm do passado, não vamos agora pôr em causa os próprios postos de trabalho, mas também aí o Município de Viseu se disponibilizou para levar para esta empresa intermunicipal a lógica do aproveitamento das águas da nossa ETAR Viseu Sul em que perspetivamos que ela nos venha a permitir em Viseu sermos completamente autossustentáveis do ponto de vista de rega de jardins e também do sistema de limpeza de ruas e que pode permitir também a estes municípios à volta passarem a utilizar essa água para o mesmo efeito, e isso será a tal preocupação ambiental numa região verde, porque esta é claramente uma das regiões mais verdes da Europa, designadamente na produção energética, nós produzimos 130% de energia limpa neste território, e portanto, deixar aqui estas informações sem análises político-partidárias, lamento, efetivamente lamento que efetivamente a oposição, designadamente a oposição da esquerda optasse por vir hoje aqui numa perspetiva de querer crucificar o Presidente da Câmara e dizer, o senhor é que é o culpado de tudo, do que se faz e do que não se faz, em vez de virem aqui numa perspetiva construtiva dizer assim: Estamos ao lado dos 8 municípios, é que significa estarem contra os 8 municípios, enfim, os argumentos que os senhores usaram hoje aqui são argumentos que penalizam também os outros municípios à volta, isto é, os outros municípios à volta vão ter discussões, onde os argumentos que os senhores hoje utilizaram aqui fazem ricochete em mim e vão

diretamente aos outros 7 Presidentes de Câmaras, portanto, que fique bem claro que é o Partido Socialista a fazer oposição ao Partido Socialista, portanto, esta ânsia da partidarite leva-vos a ficarem toldados, quer dizer, o que é preciso é dizer mal, não é assim que se faz oposição, à oposição às vezes dizer bem também não custa nada, se está bem feito diga-se que está bem feito, agora, esta ânsia de ir para ali para aquele parlatório dizer assim: O Senhor Presidente da Câmara o senhor faz tudo mal. O povo é quem mais ordena. Calmamente iremos desenvolver o nosso mandato e quando chegarmos ao fim vamo-nos sujeitar ao veredito do povo, e o povo aí decidirá como já decidiu, aliás, não é por acaso que reforçou em 5 % a nossa percentagem nas últimas eleições porque fez uma avaliação positiva do nosso trabalho.-----

Por fim terminava a minha intervenção, não tendo nada a ver com este assunto, agradecendo todas as referências que foram feitas à Europeade. A Europeade não caiu do céu, a Europeade foi uma candidatura apresentada há 4 anos, queria aqui realçar como o fiz ontem, num louvor público, por um lado o envolvimento de toda comunidade. Eu acho que a grande questão que fez com que a Europeade fosse considerada pelos nossos pares, pelos 26 países que a constituem, como a melhor Europeade de sempre foi sobretudo o envolvimento das populações, seja da cidade, seja das nossas freguesias rurais, seja dos que nos visitaram, esta foi a primeira grande questão, porque de facto houve um envolvimento de toda a sociedade. Segundo aspeto o trabalho dos nossos voluntários, foram 360 se não estou em erro, voluntários dos quais cerca de 100 estrangeiros mais 200 e tal sobretudo numa lógica intergeracional que participaram de uma forma ativa. Terceiro lugar gostava de elogiar os meus serviços, estiveram 150 pessoas do município envolvidas na organização da Europeade o que denota que de facto temos serviços de qualidade e que são, enfim, quando devidamente motivados, como temos procurado fazer, fazem bem o seu trabalho, e por isso é que ontem mesmo fiz um louvor assinado por esta participação, acho que a Europeade, todos o reconhecerão, só aqueles que dizem sempre mal de tudo, até porque, mesmo quando estão a elogiar, vejam o tom que utilizam, porque é sempre aquela coisa, deixa-me cá elogiar, mas deixa-me ficar o pé para trás para ver se o Presidente da Câmara tropeça, enfim, eu sei que vai começar a época do futebol agora e que essa é uma técnica do futebol, que é deixar o pé para trás, ver se o árbitro não dá conta, e se ele tropeçar encantado da vida porque impede-se o ataque, é essa a estratégia da oposição, também já estamos habituados a essa estratégia, enfim, vamos fazendo o nosso trabalho com seriedade, pensando sempre naquilo que é melhor para os nossos municípios e portanto, vamos continuar a fazer o nosso trabalho. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Tem a palavra o Deputado Helder Amaral, segunda intervenção, agora são 3 minutos.-----

----- **ONZE – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ HÉLDER AMARAL (CDS/PP):** Muito obrigado Senhor Presidente. Tentarei cumprir até porque temos que tentar ir de férias, mas não queria como é óbvio, este é um assunto relevante, é um assunto que obviamente nos obriga a pensar para lá do curto prazo, foi esse o meu primeiro raciocínio, e eu vejo muitas vantagens e muitas virtualidades neste modelo, a Lei é bastante clara, e sobre tudo, mas é preciso a decisão que é desta Assembleia Municipal como julgo que será nas outras, e eu espero que as outras Assembleias Municipais por medo, por receio, não se acanhem possam eventualmente também fazer todas as perguntas para poderem decidir em consciência. Os municípios vão ser confrontados com muitos serviços em baixa, com alterações profundas, vai acontecer na eletricidade. O desconhecimento que os municípios hoje têm daquilo que é a distribuição em baixa da eletricidade e aquilo que vai acontecer no futuro é outro desafio para os municípios, e portanto, a água é exatamente o mesmo, sendo que é mais complexa e mais grave. Eu gostaria de tomar a decisão sabendo, e olhando para os estatutos e os estatutos preveem aqui alguns deveres de informação, que é, qual é o papel das Assembleias Municipais a todo o tempo de poderem ou não... estamos a criar uma estrutura nova com um Conselho Geral, com um Conselho Diretivo e obviamente que a Assembleia Municipal ficará um pouco de fora de acesso à informação,

embora a Lei preveja o direito e o dever de informação. Os planos de Investimento e os orçamentos têm impacto na tarifa como acontece sempre, portanto, é preciso saber se esta Assembleia a todo o momento pode, sabe, e pode conhecer orçamentos, pode conhecer planos de investimentos, aliás, como estão aqui, não vou ler, não tenho tempo, no Artigo 23º Deveres de Informação, mas depois temos o Artigo 17º Património, no ponto 2 diz que pode dispor dos bens que integram o património, nós não ficamos com a certeza clara do que é que entra no património, quem decide sobre disposição desse património, bem como as receitas, e portanto, não pode cair tudo na tarifa e por isso é que eu aqueles que estão aqui contra o *outsourcing*, contar a inovação, contra o investimento privado, se eles estão disponíveis para pagar por si só todos os investimento, e eles vão ser cada vez maiores. Queria obviamente dizer ao Senhor Presidente, que da minha parte, votarei a favor, porque acho que é preciso dar este sinal às gerações futuras, nós estamos a tratar bem de um bem que é essencial que é a água e.....

- Alguns Senhores deputados manifestam-se dos seus lugares não sendo perceptível na gravação o que foi dito.-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Agradecia que não houvesse comentários.

- O Senhor Deputado José Hélder do Amaral prossegue a sua intervenção dizendo:... eu disse que não votaria contra, disse que estaria disponível para ouvir as explicações, por que eu acho, e faço-o não tanto em termos de Viseu, eu acho que Viseu pela sua dimensão está defendido, este meu voto a favor é mais a pensar nos outros municípios. Espero que as outras Assembleias Municipais, que os outros Presidentes de Câmara não tenham também a veleidade de fazer disto uma guerra político-partidária e dizer, bom, Viseu tem uma posição maioritária, imporá regras, e eu disse aqui, era o que mais faltava, e portanto, acho que é possível encontrar um primeiro caminho, um caminho que pode ser feito e eu disse-o aqui também, ponho muita fé na boa vontade e na capacidade dos outros Presidentes de Câmara de defenderem dos seus munícipes, terão com certeza muito mais investimentos, terão porventura um impacto nos investimentos a fazer, e queria no entanto dizer que, me parece que o Senhor Presidente da Câmara tem que garantir a todo o momento que esta Assembleia Municipal possa a todo o momento conseguir saber e conseguir ter uma opinião, a Lei não lhe vai dar essa capacidade, mas acho que mais informação como diz o povo, nunca é má informação, é podermos ter acesso à informação, quais são os planos de investimentos, quais são os orçamentos, quais são os patrimónios, quais são as parcerias que se criam, qual é o *outsourcing* que se faz, e qual é a capacidade de nós a todo o tempo podermos definir as tarifas sendo que elas são definidas essencialmente pela ERSAR, e por isso eu perguntei se a ERSAR estava envolvida nisto, para mim é uma garantia porque é um dos reguladores ao qual dou alguma credibilidade. Terminando dizendo que esta minha evolução do voto depende exatamente do que eu ouvi aqui, espero que o Partido Socialista possa evoluir também uma vez que tem de facto mais municípios do que o Partido Social Democrata, e é para dizer que não estou aqui em nenhuma posição partidária, e dizer-lhe sinceramente Senhor Presidente, que não me custa nada elogiar os Serviços Municipalizados de Viseu porque no Regimento da Assembleia no meu programa eleitoral nem no do CDS não estava, bom, sempre que o Senhor Presidente fizer coisas boas tu fazes de contas que não viste, e sempre que fizer más crítica, estou aqui para ser o mais democrata possível, também já tenho alguma idade, para elogiar quando é para elogiar, e criticar até que a voz me doa quando é para criticar, e portanto, eu que não gosto de festas e festinhas devo dizer que a Europeade deu uma festa grande, relevante, como são os Jardins Efémeros e como é a Feira de São Mateus e a essas eu não faço críticas, a essas eu aceito o investimento, aceito o esforço e fico à espera do retorno mesmo que ele não seja para já evidente porque eu sei que ele existirá. Vou incluir aqui a Volta a Portugal talvez daquelas que pede ao município um investimento forte, mas eu acho que o retorno é bastante relevante para a marca, para a imagem de Viseu e para o comércio de Viseu, portanto, quando fazem bem nós elogiamos, o envolvimento da população, era o que faltava, conhecendo os Presidentes de Junta como

conheço, e vê-los envolvidos como vi, tinha a certeza que Viseu recebe bem e que ia correr bem, e portanto, deixar também aqui esta palavra positiva à Europeade e dizer-lhe que fico apenas à espera que o Senhor Presidente possa garantir que a Assembleia Municipal de Viseu, como outras Assembleias Municipais não fiquem de fora deste processo porque ele trata de matéria essencial à vida dos viseenses e à vida do país, que é um bem essencial que é a água e aquilo que é o bom ambiente no tratamento dos resíduos sólidos urbanos, e portanto, se houver essa garantia acho que todos podemos votar em consciência, obviamente esperando que depois o Regulador, o Tribunal de Contas e a própria Lei que está nos estatutos, possam sobre essa matéria ir fazendo o *Checking Balance* daquilo que se vai fazendo. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Mais alguma intervenção? Tem a palavra a Deputada Ana Paula Santa.-----

----- **DOZE – A SENHORA DEPUTADA ANA PAULA FIGUEIREDO SIMÕES GOMES SANTANA (PPD/PSD):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, restantes Membros, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Membros da Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Público e Comunicação Social. Ouvi com muita atenção todas as intervenções hoje aqui proferidas e resta-me aqui tecer 4 ou 5 considerações que nos parecem pertinentes para enfrentar o desafio futuro que é a gestão das águas e dos resíduos. É o nosso futuro e o futuro dos nossos filhos e de todas as gerações vindouras que está em causa, e fico muito feliz e congratulo o Município de Viseu pela iniciativa de ponderar esta questão e encontrar uma solução que resolva, não o imediato, mas sim o futuro, e se dúvidas houvesse sobre aquilo que aqui foi plasmado, pelas diversas forças políticas desta Assembleia, resultam aqui 4 questões que importa tecer:-----

Primeira, tarifários. Ora, obviamente que os consumidores e nós incluídos estamos preocupados com o tarifário. Há aqui alguma ilegalidade na proposta colocada em relação a tal? Não, a Entidade Reguladora vai sempre ter o controlo e a efetiva noção de que os municípios cumpriram com aquilo que resulta da Lei, e portanto, os consumidores não serão penalizados por tal, e se algum dos municípios que compõem esta solução poderão a médio/longo prazo ter resultados é porque neste momento, e foram vários os exemplos que aqui foram tecidos sobre tal, não estão a cumprir a Lei, e a Lei é para todos.-----

Outra questão que nos preocupa, e também aqui as diversas forças colocaram essa questão. Os trabalhadores. Há algum problema sobre os mesmos? Não. Os mesmos estão salvaguardados perante a Lei, e os seus Direito, Liberdades e Garantias estão asseguradas, portanto, estas duas questões ficam limadas.-----

Depois existe a questão da politização deste problema, e isto meus amigos, se há um município que não politizou a questão foi Viseu. Chamou os seus pares, intermunicipalizou um problema que é de todos nós, não é, envolveu independentemente das suas políticas e encontrou a solução, e mais, não quis tirar resultado político imediato dessa questão, porque está a resolver um problema que é um problema a longo prazo.-----

Depois, queria também salvaguardar outra questão que é: Já percebemos que algumas das preocupações dos municípios envolvidos são a gestão deste modelo, a constituição dos seus quadros. Felicito o município pela liberdade com que aqui demonstrou a total disponibilidade para encontrar uma solução de consenso sem qualquer politização, com isenção e com imparcialidade, portanto, nós temos que nos assumir, e qual é o caminho? Era muito mais cómodo par o Município de Viseu não fazer nada, porque o modelo com que estamos atualmente, é um modelo que satisfaz em pleno as nossas necessidades, que resolve o nosso problema e que até tem alguma ascendência sobre alguns municípios vizinhos naquilo que é o domínio deste problema da água, mas não, mas não, assumiu-se, assumiu um caminho e quer resolver um problema que é um problema de futuro, um problema a longuíssimo prazo, e mais, substitui-se até ao governo que ao contrário deste exemplo não tem sido nem isento nem imparcial naquilo que é a resolução de infraestruturas de efetiva necessidade para a região, portanto, parabéns município pela

assunção de uma postura de solução a longuíssimo prazo.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Há mais alguma intervenção? Não havendo dava a palavra final ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **TREZE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados. É só uma nota final para, por um lado, dizer que a Lei é para cumprir, a competência do tarifário é sempre das Assembleias Municipais, portanto, não há tarifário que possa ser alterado sem as Assembleias Municipais dos 8 municípios a aprovarem, ponto final, e nesse tarifário que se pôs em dúvida, obviamente que está lá o tarifário social, está lá o tarifário para as famílias numerosas, quem não leu vem para aqui dizer disparates, está lá, é só ler, até digo qual é o número da página para facilitar para não terem que ler o documento todo.-----

Já agora, realçar esta postura do Senhor Deputado Hélder Amaral, temos que realçá-la. Entra para uma Assembleia Municipal, coloca as suas questões, as questões são-lhe respondidas e formata o seu sentido de voto num determinado sentido, ao contrário do que se vê nessas bancadas, entram para aqui já com tudo formatado, preocupados em satisfazer as suas clientelas partidárias e não os interesses dos cidadãos, e portanto, ficou aqui bem provada a diferença de atitudes. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente da Câmara. Íamos então iniciar o processo de votação, que é um Ponto Único da Ordem de Trabalhos **VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA AdV - ÁGUAS DE VISEU – EMPRESA INTERMUNICIPAL, S.A.** Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? (votação feita por filas) Por isso, *foi aprovado com oito (8) abstenções e um (1) voto contra.* (Anexo 1 – Registo nominal das votações, páginas 507/508).-----

Tem a palavra para uma Declaração de Voto a Deputada Maria de Fátima Lopes.-----

----- **CATORZE – A SENHORA DEPUTADA MARIA DE FÁTIMA FERNANDES LOPES (PS):** O Partido Socialista de Viseu e os seus eleitos têm assumido posições políticas muito claras e proactivas – com propostas concretas – relativamente ao abastecimento de Água, ao Saneamento e, em particular, à criação da Empresa Águas de Viseu.-----

Reconhecemos que, em definitivo, Viseu e os seus municípios vizinhos têm de resolver o problema infraestrutural sério relativo ao abastecimento de Água e Saneamento, com ênfase nas origens da água para consumo humano.-----

Os ganhos de escala e de eficiência com uma agregação intermunicipal são evidentes. As candidaturas a fundos comunitários acabam igualmente por requerer a agregação a empresas intermunicipais, o que é fundamental para os grandes investimentos, necessários a realizar urgentemente.-----

A constituição da empresa intermunicipal “Águas de Viseu” necessariamente resulta de um processo longo e complexo, nos planos jurídico, económico e ambiental. Contudo, para o Partido Socialista é evidente o modo atabalhado, pouco esclarecido e pouco esclarecedor como o Executivo da Câmara Municipal de Viseu tem conduzido o processo, o que tem feito perder tempo vital para as soluções e respetivos financiamentos.-----

É do conhecimento público o grande desconforto que municípios parceiros sentem relativamente à solução empresarial apresentada, não havendo certezas, relativamente à sua aprovação por todos os municípios. Alguns Executivos Municipais já tiveram oportunidade de os submeter a Reuniões de Câmara e não o fizeram. Antevê-se, assim, seriamente que a presente votação seja inconsequente.-----

Os documentos para votação são omissos relativamente a questões formais e societárias e a valores fundamentais, como o Capital Social da futura Empresa ou a percentagem de ações nominativas de cada município (não houve valores exatos).-----

É manifesta uma grande indefinição dos grandes investimentos estratégicos, como aqueles associados às origens e transporte de água para consumo humano.-----

Verifica-se serem necessários incrementos globais do sistema tarifário para fazer face a

gastos operacionais e de financiamento. Pela “estrutura do tarifário” é evidente que as taxas de Água e Saneamento vão aumentar para os viseenses a curto prazo.-----

Por último, sublinhar:-----

Os atuais direitos laborais dos colaboradores do SMAS de Viseu têm de ser devidamente acautelados.-----

Continua a não ser também evidente...-----

Vários Senhores Deputados manifestam-se dos seus lugares não sendo perceptível na gravação o que foi dito.-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Agradecia silêncio. A Senhora Deputada está a ler uma Declaração de Voto, agradecia silêncio.-----

- A Senhora Deputada Maria de Fátima Fernandes Lopes retoma a sua intervenção dizendo:

Continua a não ser também evidente que a constituição da ADV – Águas de Viseu – Empresa Intermunicipal, S.A. não conduza à privatização do Sistema de Água e Saneamento de Viseu e municípios vizinhos.-----

Assim, os Membros do Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Viseu abstêm-se relativamente à constituição da ADV – Águas de Viseu – Empresa Intermunicipal, S.A.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Há mais alguma Declaração de Voto? Não havendo, por isso a proposta foi aprovada com quarenta (40) votos a favor oito (8) abstenções e um (1) voto contra.-----

Terminámos assim a nossa Ordem de Trabalhos, obrigado a todos pela presença.-----

E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente da Mesa dá por encerrada a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu, realizada no dia um de agosto de dois mil e dezoito, quando eram onze horas e cinquenta e dois minutos. Do que se passou, lavrou-se a presente Ata, que inclui um total de 2 páginas anexas, que vai ser assinada por mim, _____, Primeira Secretária e pelo Senhor Presidente, nos termos do número três, do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento em vigor. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(José Manuel Henriques Mota Faria)

ANEXO 1



Sessão Extraordinária de 01 de agosto de 2018

REGISTO DAS VOTAÇÕES


Votação da Proposta inscrita no PONTO 1 da Ordem de Trabalhos	CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA AdV - ÁGUAS DE VISEU - EMPRESA INTERMUNICIPAL, S.A. nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, conjugado com a alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e artigo 17.º e 18.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua atual redação			Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 01 de agosto de 2018 que deliberou <i>Aprouva por 210 votos a favor, 1 (um) voto contra e 8 (oito) abstenções</i> -Viseu, 01/08/2018 <i>Francisco J. Pinto</i>				
	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2	PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta	X				
3	PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
5	PPD/PSD		Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
6	PPD/PSD		Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X			
8	PPD/PSD		João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD		António Manuel Esteves Loureiro		X			
11	PPD/PSD		Rui Pedro de Matos Peva		X			
12	PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
13	PPD/PSD		Florbeia de Almeida Correia Soutinho		X			
14	PPD/PSD		Hélder Filipe Santos Viana		X			
15	PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X			
16	PPD/PSD	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
17	PPD/PSD	UF BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
18	PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19	PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
20	PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
22	PPD/PSD	CÓTA	Joaquim Polónio Lopes		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ	José António Marques Seabra Figueiredo		X			
25	PPD/PSD	FRAGOSELA	António de Almeida Jesus Lopes		X			
26	PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
27	PPD/PSD	MUNDÃO	Liliana Natércia dos Santos Tavares		X			
28	PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
29	PPD/PSD	RANHADOS	António Soares Correia		X			
30	PPD/PSD	S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			

ANEXO 1



Sessão Extraordinária de 01 de agosto de 2018

REGISTO DAS VOTAÇÕES

Votação da Proposta Inscrita no PONTO 1 da Ordem de Trabalhos		CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA Adv - ÁGUAS DE VISEU - EMPRESA INTERMUNICIPAL, S.A. nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, conjugado com a alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e artigo 17.º e 18.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua atual redação		Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 01 de agosto de 2018, que deliberou <u>Aprovou por 40 votos a favor, 1 (um) voto contra e 8 (oito) abstenções</u> <u>Viseu, 01/08/2018</u> 				
	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
31	PPD/PSD	RIBAFEITA	Rosa Maria Poceira Regalo Ferreira		X			
32	PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
33	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado		X			
34	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Sandra Isabel de Abreu Soares Gomes		X			
35	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
36	PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
37	PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro	X				
38	PS		Rui António da Cruz Martins				X	
39	PS		Manuel José Moleiro Mirandez				X	
40	PS		Sara Natacha de Sousa Calhau				X	
41	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes				X a)	
42	PS		Gonçalo Amândio Ginestal Machado Monteiro Albuquerque				X	
43	PS		Cristofe Pedrinho				X	
44	PS		Cristina de Almeida Lourenço Varandas				X	
45	PS		Hugo Miguel Melo de Pádua	X				
46	PS	S. JOÃO LOUROSA	Manuel Armando Ferreira Fernandes		X			
47	PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
48	CDS/PP		José Hélder do Amaral		X			
49	BE		Caterina Alexandra Vieira e Castro Rodrigues				X	
50	CDU		Maria Filomena de Matos Pires			X		
51	Independente	ORGENS	Mauro Henrique Alexandre Figueiredo Esteves					
52	Independente	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses					
Resultado				3	40	1	8	0

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses